

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANDRESSA APARECIDA RITTER

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CENTRO DE APOIO A REFUGIADOS:
ESPAÇO DIGNO PARA UM RECOMEÇO

CASCABEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANDRESSA APARECIDA RITTER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CENTRO DE APOIO A REFUGIADOS:
ESPAÇO DIGNO PARA UM RECOMEÇO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Mestre Arquiteta Renata Esser Sousa.

Professora Avaliadora: Especialista Arquiteta Camila Pezzini.

CASCADEL
2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANDRESSA APARECIDA RITTER

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CENTRO DE APOIO A REFUGIADOS:
ESPAÇO DIGNO PARA UM RECOMEÇO

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Mestre Arquiteta e Urbanista, Renata Esser Souza

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora Renata Esser Souza
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz
Mestre Arquiteta e Urbanista

Professora Avaliadora Camila Pezzini
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz
Especialista Arquiteta e Urbanista

Cascavel/PR, 02 de Junho de 2020.

RESUMO

Devido à falta de uma estrutura física de atendimento e assistência a refugiados na região oeste do estado do Paraná, o tema deste trabalho diz respeito a elaboração e conceituação do projeto de um Centro de Apoio e Acolhimento a Refugiados para a cidade de Cascavel, Paraná. O objetivo é proporcionar um local que além de abrigar temporariamente esta população, desempenhe o papel de encaminhamento a sociedade e ao mercado de trabalho. Os métodos que embasam o desenvolvimento teórico são os 4 pilares da arquitetura: história e teoria, urbanismo, tecnologias e metodologia.

Palavras chave: Arquitetura. Refugiados. Abrigo. Sustentabilidade.

LISTAS FIGURAS

Figura 1 – Número de solicitantes por nacionalidade em 2018.....	19
Figura 2 – Número de solicitantes por estados brasileiros em 2018.....	19
Figura 3 – Número de atendimentos de acordo com a razão.....	20
Figura 4 – Sistema LSF.....	25
Figura 5 – Sistema de energia solar fotovoltaica.....	26
Figura 6 – Sistema de energia solar para aquecimento de água.....	27
Figura 7 – Vista do Edifício de apoio e as habitações do complexo social.....	32
Figura 8 – Análise de Implantação.....	33
Figura 9 – Análise da planta baixa tipo da unidade de habitação.....	34
Figura 10 – edifício central de apoio.....	35
Figura 11 – Imagem em perspectiva das habitações e o edifício de apoio.	36
Figura 12 – Imagem em perspectiva da edificação e o edifício de apoio durante a noite.....	36
Figura 13 – Croquis do sistema de iluminação e ventilação da cobertura.....	37
Figura 14 – Fachada do Abrigo.....	37
Figura 15 – Estudo de Implantação.....	38
Figura 16 – Planta baixa setorizada.....	39
Figura 17 – Fachada.....	40
Figura 18 – Pátio Central.....	40
Figura 19 – Análise de implantação.....	42
Figura 20 – Planta baixa setorizada.....	43
Figura 21 – vista do acesso principal ao centro comunitário.....	43
Figura 22 – Detalhe dos brises.....	44
Figura 23 – Mapa com a localização da cidade de Cascavel.....	45
Figura 24 – Localização do terreno.....	47
Figura 25 – Equipamentos comunitários.....	47
Figura 26 – Equipamentos de infraestrutura urbana.....	48
Figura 27 – Principais vias no entorno.....	48
Figura 28 – Zoneamento do terreno.....	49
Figura 29 – Diagrama de incidência solar e ventos predominantes.....	50
Figura 30 – Plano altimétrico do terreno.....	50
Figura 31 – Setorização com o programa de necessidades.....	52

Figura 32 – Plano de bolhas.....	53
Figura 33 – Setorização.....	53
Figura 34 – Estudo formal.....	54

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAU – Concelho de arquitetura e Urbanismo

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ONU - Organização das Nações Unidas

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados

CEIM-PR – Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná

EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança

LSF - Light Steel Frame

SUMÁRIO

RESUMO	4
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 ASSUNTO.....	10
1.2 TEMA	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.5 HIPÓTESE	12
1.6 OBJETIVO GERAL	12
1.7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.8 MARCO TEÓRICO.....	12
1.9 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	13
2. FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA	14
2.1 ARQUITETURA E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE	14
2.1.1 Arquitetura de caráter social.....	15
2.1.2 O problema da habitação social no Brasil	16
2.1.3 O refugiado e o direito ao abrigo	17
2.2 A QUESTÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ	18
2.3 SUSTENTABILIDADE	21
2.3.1 Medidas arquitetônicas	22
2.3.2 Materiais e sistema estrutural	22
2.3.3 Tecnologias aplicadas para economia, eficiência e independência	25
2.4 ARQUITETURA FENOMENOLOGICA	27
2.5 URBANISMO	28
2.5.1 A união entre arquitetura e políticas públicas	28
2.5.2 Relação entre a edificação e o entorno.....	29
2.5.3 Edificação como marco na cidade e referência para a região oeste do estado do Paraná.....	29
2.6 RELAÇÃO ENTRE A EDIFICAÇÃO E O PAISAGISMO	30
2.7 LEGISLAÇÃO	30
3. CORRELATOS.....	32

3.1	COMPLEXO SOCIAL DE ALCABIDECHE	32
3.1.1	Conceito	33
3.1.2	Implantação	33
3.1.3	Funcionalidade.....	34
3.1.4	Aspectos Formais.....	35
3.1.5	Técnicas construtivas	36
3.2	ABRIGO PARA DESABRIGADOS DE JANKOWICE	37
3.2.1	Conceito	38
3.2.2	Implantação	38
3.2.3	Funcionalidade.....	39
3.2.4	Aspectos formais	39
3.2.5	Técnicas construtivas	40
3.3	CENTRO COMUNITÁRIO REHOVOT	41
3.3.1	Conceito	41
3.3.2	Implantação	41
3.3.3	Funcionalidade.....	42
3.3.4	Aspectos formais	43
3.3.5	Técnicas construtivas	44
4.	INTENÇÕES PROJETUAIS.....	45
4.1	A CIDADE DE CASCAVEL, PARÁNA	45
4.2	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO	46
4.3	CONCEITO	51
4.4	PROGRAMA DE NECESSIDADES	51
4.5	PLANO MASSA E SETORIZAÇÃO	52
4.6	INTENÇÕES FORMAIS	54
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso encontra-se incluso na Linha de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo, no Grupo Tecnologia da construção em Arquitetura, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG.

Vários países passam por crises econômicas, desastres naturais e conflitos políticos. Para fugir desses problemas, em busca de um local seguro e com oportunidades, muitas pessoas buscam melhores condições, o que leva a migrarem para diversos países. O Brasil é conhecido por ser um país acolhedor, portanto, um dos destinos mais procurados por esta população.

Entre tantas dificuldades enfrentadas pelos refugiados, está a moradia e a oportunidade de emprego. A falta de oportunidade faz com que muitos não consigam sustentar uma moradia digna e segura. Para sanar essas necessidades um espaço acolhedor e medidas de encaminhamento profissional e social são soluções imprescindíveis.

1.1 ASSUNTO

O presente trabalho aborda a arquitetura como instrumento de auxílio a reabilitação e inclusão de pessoas na sociedade. A importância do espaço e como este afeta a vida da população que o vivencia diariamente.

1.2 TEMA

Nesse sentido o tema, trata-se de um local adequado para abrigar e dar auxílio a refugiados que escolhem o Estado do Paraná para recomeçar suas vidas. Um Centro de acolhimento e apoio, de uso rotativo para refugiados em busca de uma oportunidade. O objeto do centro é a busca por um ambiente que influencie diretamente na vida dos refugiados, além do simples abrigo, com espaços que promovam interação social, encaminhamento profissional, com locais próprios para cursos e adaptações a realidade brasileira, amparo social, com acompanhamento de agentes sociais e de saúde, tornando este processo mais curto e benéfico a todos, dando assim a oportunidade para um número maior de pessoas serem

atendidas. A arquitetura nesse sentido age como espaço fundamental nesse processo, pois aliada à funcionalidade, deve proporcionar conforto, dignidade e sustentabilidade, com técnicas e materiais que maximizem essas premissas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente trabalho por meio de pesquisas sobre o crescente número de migrantes e refugiados que buscam um recomeço longe de crises econômicas e políticas. Segundo o site oficial do governo do Paraná houve um aumento de 85% no atendimento desta população em 2019 com relação ao ano anterior, somando mais de 1200 pessoas registradas de mais de 30 países, sendo a maioria do Haiti (538) e Venezuela (532) registrados. Para isso o centro de apoio age como ponto de partida na recepção dessa população, sendo de uso temporário e rotativo para dar oportunidade de adaptação a sociedade e ao mercado de trabalho.

Com premissas da arquitetura sustentável, uma realidade exigida e cada vez mais difundida na arquitetura, o projeto busca economia, independência, tecnologia, sustentabilidade, agilidade e funcionalidade.

O local escolhido para o Centro de apoio aos refugiados situa-se na região central da cidade de Cascavel, Paraná, atendendo a toda região oeste do estado.

No âmbito acadêmico a arquitetura é uma ciência social aplicada. Deste modo, este trabalho visa acentuar a importância da arquitetura e do espaço fornecido por esta na adaptação de pessoas a novas realidades. Já no meio profissional o presente trabalho atrela a função social do arquiteto a questões projetuais que promovam conforto, segurança e sustentabilidade.

1.4 PROBLEMA DE PESQUISA

A estadia temporária em um ambiente digno com premissas da arquitetura sustentável, pode agilizar os processos de adaptação social e profissional de migrantes e refugiados?

1.5 HIPÓTESE

A permanência provisória em um ambiente confortável que vá além do abrigo, proporcionando luz, calor, aconchego, ventilação adequada, sustentabilidade, recordações e que marque este momento de forma positiva, aliado a políticas públicas de encaminhamento profissional e social, torna o período de adequação dessa população mais leve, eficaz e em menor tempo, beneficiando assim, um número maior de pessoas.

1.6 OBJETIVO GERAL

Elaborar um projeto de centro de apoio ao imigrante visando dignidade, conforto e eficácia no processo de adaptação, a partir do embasamento teórico desenvolvido.

1.7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Contextualizar a arquitetura e sua importância na sociedade; b) Realizar pesquisas bibliográficas sobre arquitetura de caráter social e humanitário; c) Apresentar projetos correlatos; d) Exibir dados e estatísticas relacionadas a refugiados no estado do Paraná; e) Realizar o projeto de um centro de apoio aos refugiados para o Oeste do Paraná. f) Finalizar validando ou refutando a hipótese inicial.

1.8 MARCO TEÓRICO

O arquiteto Chileno Alejandro Aravena, vencedor do Prêmio Pritzker no ano de 2016, é reconhecido no meio por sua arquitetura, criando soluções eficientes para o problema de habitação popular. Em sua visão o arquiteto deve criar o ambiente adequado e digno para que seus usuários possam viver a melhor experiência possível, priorizando a qualidade de vida e estimulando seu crescimento.

Então, o papel do arquiteto será criar o quadro certo [do trabalho] para que as forças envolvidas sejam canalizadas na direção certa (ARAVENA, 201?).

Deste modo o Centro de Apoio e Acolhimento a Refugiados tem por finalidade ser o ambiente adequado, digno e transformador da vida dessa população que escolhe o Paraná para um recomeço. Dentro do centro o trabalho de ressocialização associado a arquitetura acolhedora da obra tem o papel de direcionar de maneira eficiente essas pessoas a se recolocarem no mercado de trabalho e na sociedade.

1.9 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Visando solucionar o problema de pesquisa e atender aos objetivos geral e específicos, o encaminhamento metodológico se dá através de pesquisas bibliográficas referentes ao tema, com coleta de dados bibliográficos e estatísticos, levantamento de obras correlatas, compilação de informações, fichamentos, análises e desenvolvimento (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 44).

Para o processo de projeto do Centro de acolhimento e apoio a refugiados, utiliza-se o método projetual da autora desenvolvido ao longo da graduação, dividido em etapas distintas:

- 1)Desenvolver um memorial justificativo, apresentando um conceito que norteia todo o projeto.
- 2)Consulta prévia de dados do terreno e suas viabilidades.
- 3)Desenvolver o plano de necessidades.
- 4)Definir a implantação da obra visando o aproveitamento adequado.
- 5)Dividir em setores e definir fluxos.
- 6)Elaborar estudos formais e de layout de mobiliário.
- 7)Elaborar ante projeto, com planta baixa, cortes, fachadas e detalhamentos.

2. FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

O presente capítulo visa abordar todo o embasamento teórico do projeto. Com as devidas definições, dados e argumentos o projeto enriquece em conteúdo e conceito. Este capítulo também aborda as premissas arquitetônicas, sustentáveis e legislações que o projeto deve seguir.

2.1 ARQUITETURA E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE

Colin (2000) afirma que a palavra arquiteto, em grego, *tecton* nomeava pessoas envolvidas na construção de objetos por junção de peças, como um carpinteiro. *Arqui* significa superioridade, logo o arquiteto seria um “grande carpinteiro”. Atualmente, a arquitetura possui diversas definições, entre elas o autor cita a arquitetura como uma profissão, um produto cultural e uma arte.

Entretanto, a definição de arquitetura vai além da estética formal que esta apresenta, segundo Zevi (1996), a arquitetura não se limita as fachadas de uma edificação e sim constitui a caixa onde se encerra a chamada “joia arquitetônica”, o espaço. Deste modo a definição de arquitetura transcende a forma para o que comporta em seu espaço interior.

O espaço, de acordo com Ramos (2010), “[...] pode ser entendido como um meio homogêneo, isotrópico, contínuo, que tende a ser ilimitado, ou de fato o é, no qual se situam corpos e movimentos”. Na arquitetura a forma limita o espaço e lhe concede função e significado, permitindo que este seja transformado.

Para Tuan (1983) “O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana.” Neste sentido as sensações humanas permitem que pessoas sejam capazes de distinguir interno e externo, fechado e aberto, escuridão e luz, privado e público. O espaço definido e encerrado pela forma arquitetônica transforma essas sensações em algo concreto.

Ramos (2010) explica a relação entre espaço e as pessoas, sendo o espaço uma resultante da interação das atividades vivenciadas nele.

O espaço como um “meio” onde as coisas acontecem. É justamente o “acontecer” que permite esta relação. Neste sentido torna-se “espaço material” resultante das atividades humanas (RAMOS, 2010, pg. 70).

O espaço construído abriga funções e relações sociais. Deste modo, o ambiente influencia diretamente no comportamento das pessoas que o vivenciam, de acordo com as funções a serem desenvolvidas, o espaço interfere nas relações sociais entre os indivíduos. Neste sentido o homem sabe como se comportar de acordo com o espaço onde se encontra quando este é planejado e não da própria natureza (TUAN, 1983, pg. 114).

Por último, vale ressaltar a importância da arquitetura para fins de conhecimento, da sociedade, cultura e história. Através da arquitetura pode-se compreender comportamentos, épocas e métodos construtivos. Através da arquitetura é possível identificar, por meio de padrões arquitetônicos, estilos específicos de cada cultura. Assim, a arquitetura é “a chave para compreender a realidade” (TUAN, 1983, pg. 114).

2.1.1 Arquitetura de caráter social

Segundo Colin (2000), de maneira geral, “O conteúdo social está sempre presente em um objeto arquitetônico” visto que este atenderá a uma função e uso social. Porém nem toda produção arquitetônica está atrelada as injunções sociais, ficando a cargo da intenção e ideologias do arquiteto.

De maneira mais restrita, falamos de conteúdo social para nos referirmos à inspiração progressista ou revolucionária, prezando principalmente os gostos, necessidades e interesses das classes inferiores de uma estrutura social para estabelecer o critério de valor da arquitetura (COLIN, 2000, pg. 91).

É necessário que os arquitetos e urbanistas estejam preparados para as diferentes realidades de habitações. O papel do arquiteto é desenvolver um projeto arquitetônico visando técnica, funcionalidade e prevendo usos. Um bom projeto pode interferir de maneira positiva no bem-estar e qualidade de vida do usuário da edificação (CAU/RS, 2017).

No Brasil a desigualdade social é um fator marcante a ser considerado pelos arquitetos em projetos de caráter social. “Muitas vezes, não se conta sequer com questões básicas como saneamento, segurança estrutural e de instalação elétrica”. Esta realidade é consequência da falta de planejamento por um arquiteto ou engenheiro (CAU/RS, 2017).

É direito do ser humano, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ter uma moradia digna. “No Brasil, a Constituição da República reconhece esse direito como social”. A questão da moradia é imprescindível, sem uma habitação confortável e salubre não há

qualidade de vida (CUNHA *et al* 2007).

Segundo Monteiro e Veras (2017), “o homem sempre procurou um local para se abrigar. Isso significa dizer que de alguma forma é preciso morar”. Deste modo a questão da habitação é uma necessidade humana básica para todo cidadão, independente de sua condição social e econômica. A moradia representa para a sociedade um fator determinante de inclusão social, além do abrigo, oferece segurança, proteção e acomoda o cotidiano de seus usuários.

Além da funcionalidade dos espaços projetados por arquitetos e urbanistas com atuação voltada para o interesse social, é essencial que se tenha, também, uma visão das necessidades de sociabilidade, lazer e cultura da população. Criando espaços de convívio, situando estruturas e projetos que coloquem a comunidade em contato direto e proporcionem o acesso a bens culturais, investe-se num projeto completo de humanização daquela população (CAU/RS, 2017).

Um problema comumente enfrentado pela arquitetura social é o desconforto, abandono e até mesmo a deterioração, causados pela falta de identificação dos usuários com a obra. Isso ocorre em casos onde o arquiteto projeta segundo suas necessidades, práticas espaciais e ideologia, desconsiderando as particularidades dos usuários. Entretanto há arquitetos que envolvem a participação da comunidade durante a produção do projeto, esta prática tende a atender de maneira mais eficaz todas as suas necessidades (COLIN, 2000, pg. 102).

2.1.2 O problema da habitação social no Brasil.

A habitação urbana no Brasil tem início no processo de transição ocorrido no século XIX, de um modelo socioeconômico agrário-exportador para um modelo urbano industrial, desde seu princípio apresentava problemas como a precária condição em que a maior parte da população se encontrava. Segundo Lima e Zanirato (2014) para atender as demandas de trabalhadores nas cidades era preciso abrigar esta nova população, para isso o setor privado denominado rentista era responsável pela produção de unidades habitacionais que apresentavam alta densidade e condições de moradia insalubres, os chamados cortiços.

Deste modo, segundo Monteiro e Veras (2017), a questão habitacional esta relacionada ao processo de urbanização acelerado das cidades, que por falta de planejamento não estavam preparadas para atender a este grande número de moradores. Este cenário acarreta a expansão desordenada das cidades, afetando as classes mais baixas que passam a viver em bairros periféricos, sem infraestrutura e em condições insalubres e instalações em áreas inadequadas.

Um dos fatores responsáveis por esta ocupação das áreas periferias das cidades são os altos preços dos terrenos em áreas centrais. De acordo com Botelho (2005) a chamada absolutização da propriedade fundiária, instrumento que legaliza o direito a propriedade e determina sua intangibilidade, assim os proprietários têm o direito assegurado de usar suas terras com a finalidade que desejarem desde que de acordo com as normas vigentes. Deste modo o dono do terreno pode colocá-lo para venda ou aguardar sua valorização, o que gera vazios urbanos, ocupações irregulares, segregação sócio-espacial e especulação imobiliária.

Logo, o aumento de população morando nas áreas urbanas requer um esforço maior dos órgãos públicos para efetivação de instrumentos de planejamento, de modo a articular e garantir um crescimento ordenado das cidades, o uso e ocupação do solo e suprir a demanda por equipamentos públicos à população (MONTEIRO e VERAS, 2017 pg.6)

O poder público tem o papel de organizar e aplicar medidas de planejamento para que não ocorra a ocupação e crescimento desordenado das cidades, garantindo infraestrutura básica e com qualidade a todos os moradores.

2.1.3 O refugiado e o direito ao abrigo

São diversos os motivos que levam pessoas a deixarem seus países de origem e se colocarem em condição de refugiado, entre eles as crises políticas, étnicas, religiosas e outras situações, consequência da violação dos direitos humanos (VIANNA, 2016. Pag. 20).

Ao decorrer da história é verificado esse movimento migratório de refugiados, de forma repetida, se tornando um costume internacional. De acordo com Jubilit (2007), “Sua principal modalidade é a acolhida de pessoas perseguidas em outros locais, os quais, com o desenvolvimento da civilização humana e consequentemente do Direito Internacional, foram constituindo Estados.”

As dificuldades enfrentadas pelos refugiados nos Países escolhidos para viver são diversas. Dentre elas Vianna (2016) cita tanto questões imediatas, como também questões sociais e culturais:

As diversas questões envolvendo o refúgio fazem com que os Estados de acolhida, desenvolvam estratégias para a devida segurança e integração das pessoas. As dificuldades do refugiado nesses países perpassam as questões mais imediatas tais como: idioma, trabalho, moradia e saúde, esbarrando em aspectos mais desafiadores como o desconhecimento da condição de um refugiado em si. São enfrentamentos que

fazem parte das experiências cotidianas que envolvem aspectos culturais, sociais, étnicos, raciais, de gênero e, de convívio de ambos os lados, ou seja, tanto dos povos deslocados, como dos nativos de países de acolhida. (VIANNA, 20016, Pg. 46)

O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) é uma agência da ONU para Refugiados. Criado em 1950, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de ajudar milhões de europeus que perderam suas casas. O intuito do trabalho do ACNUR é a garantia de direitos como plena inserção jurídica, social, econômica e cultural no país de acolhida (ACNUR Brasil, 2020).

O Auxílio vai desde a aula de português à moradia, da alimentação à integração. Este trabalho é maior nos primeiros meses, onde o refugiado necessita de uma atenção mais intensa e específica (BARRETO, 2010, pg. 169).

Segundo Simões (2017), em relação ao abrigo e suporte para essas pessoas o ACNUR concede a eles tendas, lençóis de plástico e cobertores, fornecendo o mínimo para o aspecto de “casa”. Esses abrigos normalmente chamados de campos de refugiados.

Nesses campos a moradia é temporária assim como as estruturas dos alojamentos, desta forma o ambiente apenas cumpre sua função de abrigo. Segundo Vianna (2016) “A moradia é inerente à vida do sujeito” influenciando diretamente no cotidiano das pessoas, significando momentos e reconhecimento de um território.

Deste modo a moradia, mesmo que temporária, não deve ser vista como apenas um elemento físico que visa atender a função de abrigo, segundo Bachtold (2012) “Antes de tudo ela é o local da expressão da relação do ser humano com o espaço.” A moradia é a base e referência para a relação do ser humano com outros espaços.

2.2 A QUESTÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

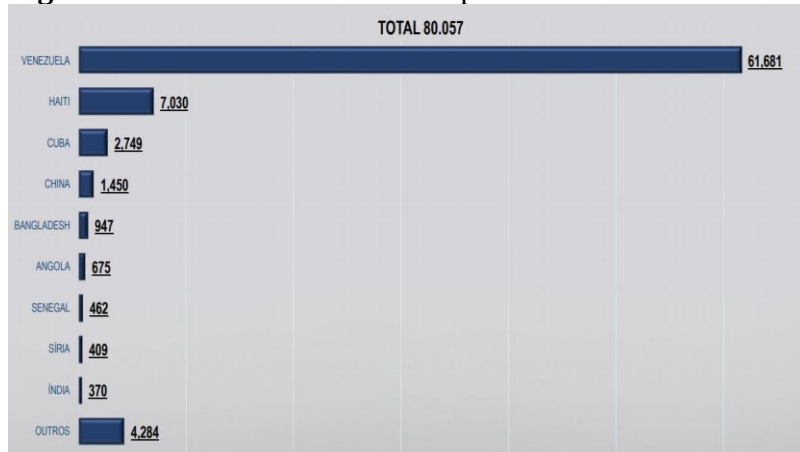
Segundo o CONARE (Cômite Nacional para os Refugiados) na 4ª edição do relatório “Refúgio em Números” de 2019, com a colaboração do ACNUR ao final de 2018 o número de refugiados no mundo era de 70,8 milhões de pessoas. deste número o continente americano abrigava 643.300 pessoas. As nacionalidades mais relevantes são de Venezuelanos seguidos por Colombianos.

Neste relatório o Brasil acumulou 11.231 pessoas em situação de refúgio, reconhecidas, e mais de 161.057 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite. No País, a

nacionalidade com maior número de pessoas reconhecidas é a Síria com 51% (CONARE, 2019, pg. 7).

Já a nacionalidade com maior número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, segundo o CONARE (2019), é a Venezuela. A figura 01 apresenta os números de pessoas de acordo com as nacionalidades:

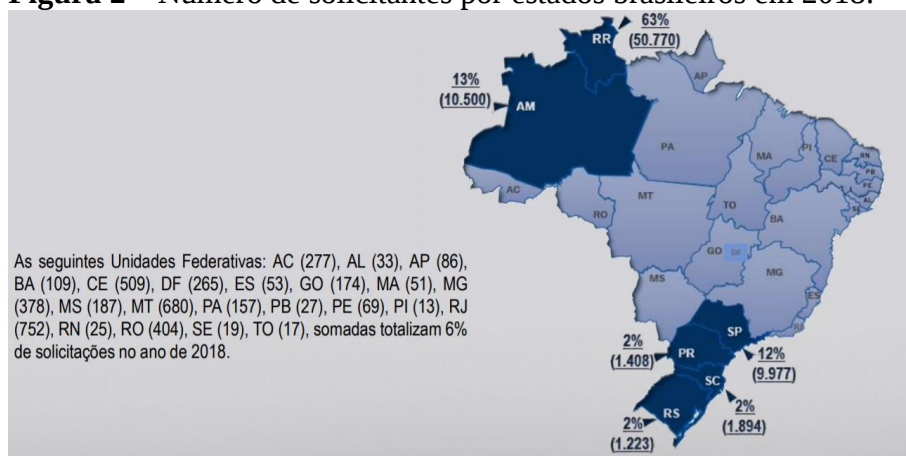
Figura 1 – Número de solicitantes por nacionalidade em 2018.



Fonte: Polícia Federal em 02 de janeiro de 2019.

Segundo os dados do CONARE (2019) os estados com maior incidência de refugiados são: Roraima com 63%, Amazonas 13%, São Paulo com 12%, seguidos por Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul com 2% cada. A seguir a figura 2 mostra os números por estado com destaque para os estados com a maior incidência dessa população.

Figura 2 – Número de solicitantes por estados brasileiros em 2018.



Fonte: Polícia Federal em 02 de janeiro de 2019.

Segundo a Agência de notícias do Paraná (2019) do Governo do Estado, o CEIM-PR (Centro de informações para migrantes, refugiados e apátridas do Paraná) um órgão associado à secretaria da justiça, família e trabalho do Governo do Paraná, em 2019 registrou mais de 1.200 atendimentos a pessoas de mais de 30 países diferentes, este número revela grande aumento em comparação ao mesmo período de 2018 com 663 atendimentos.

De acordo com a Secretaria de Justiça, família e trabalho do Governo do Estado Paraná, CEIM-PR está localizado em Curitiba, capital do Estado e é responsável por ações integradas com políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Os serviços realizados no CEIM-PR são de orientação sobre regularização documental, informações sobre direitos e legislação trabalhista, orientação referente a matrícula e revalidação de estudos, acesso a serviços e benefícios políticos.

O CEIM-PR em 2017 realizou um relatório de dados sobre os atendimentos realizados entre 2016 e 2017. A figura a seguir representa as razões pela qual a pessoa procurou o CEIM-PR e o número de atendimentos para cada razão.

Figura 3 – Número de atendimentos de acordo com a razão.

RAZÃO PELA QUAL PROCUROU O CEIM	TOTAL
Atendimento de saúde	1
Atendimento psicossocial	95
Cadastro Único da Assistência Social - CadUnico	39
Solicitação de vagas em CMEI	16
Aulas de Português	49
Busca de trabalho	1287
Orientação jurídica/regularização documental/revalidação de diplomas	127
Solicitação de acolhimento	5
TOTAL	1619

** Computou-se a quantidade de atendimentos, não de indivíduos.*

Fonte: Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Governo do Estado, Paraná, 2017.

Conforme esses dados, constata-se que a busca por vaga de trabalho é recorrente e configura a maior demanda, representando 79,5% do total de atendimentos realizados (Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2017).

Os Serviços oferecidos pelo CEIM-PR são de extrema importância e relevância para o apoio a esta população, porém a localização física de tal serviços se restringe a região metropolitana da capital, Curitiba. A implementação de novos postos de atendimento nos demais polos regionais como na cidade de Cascavel, na região oeste do Estado, englobaria uma área

maior de atendimento, beneficiando um número maior de pessoas.

Segundo o portal de Notícias Catve.com (2017) a cidade de Cascavel no ano de 2017 era a que abrigava o maior número de haitianos no Estado do Paraná, sendo 2.228 registrados. No mesmo ano havia apenas sete venezuelanos registrados. Já em janeiro de 2020 o número de venezuelanos chegou a vinte famílias que totalizam 60 pessoas, estes foram alojados no Salão Comunitário do Bairro Neva com a ajuda de voluntários. Estas pessoas veem até Cascavel em busca de oportunidade e a esperança de uma vida nova, buscam emprego, moradia, alimentos e roupas, pois viajaram com o mínimo possível.

O imprevisto no alojamento dessa população causa desconforto e insegurança, o projeto do Centro de Apoio busca centralizar as ações de acolhimento e serviços sociais e burocráticos. Neste sentido o local além de abrigar esta população de maneira adequada e digna, a encaminhará a sociedade e mercado de trabalho.

2.3 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um termo que ganha cada vez mais espaço na sociedade. Segundo Boff (2017) o significado de sustentabilidade é um conjunto de medidas e ações destinadas a “manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos” possibilitando a continuidade da vida humana com qualidade para as presentes e futuras gerações (BOFF, 2017).

A arquitetura sustentável contempla uma visão ambiental, sociocultural e econômica, é o reflexo dos novos interesses da sociedade contemporânea sobre os efeitos de suas ações. Tem por objetivo principal proporcionar a qualidade de vida dentro dos limites suportados pelos ecossistemas (ZAMBRADO, 2008, pg. 76).

Segundo Gonçalves e Duarte (2006), a arquitetura sustentável vai além de medidas para conforto ambiental e economia de energia, as autoras citam fatores sociais, econômicos, ambientais, urbanos e de infraestrutura.

Assim, as premissas para a sustentabilidade da arquitetura são extraídas do contexto em questão e do problema ou do programa que é colocado para a proposição do projeto. Dessa forma, pode-se afirmar que a sustentabilidade de um projeto arquitetônico começa na leitura e no entendimento do contexto no qual o edifício se insere e nas decisões iniciais de projeto (GONÇALVES E DUARTE, 2006, pg. 54).

Assim ao se entender o contexto em que a obra se insere é possível aplicar a sustentabilidade com medidas simples como, a utilização de materiais e mão de obra local, até a aplicação de tecnologias que visem economia de energia, reaproveitamento de água das chuvas ou conforto térmico a obra.

2.3.1 Medidas arquitetônicas

A arquitetura Sustentável é a continuidade da Bioclimática. Busca a integração do edifício com o meio ambiente, tornando-se parte de um conjunto maior. Tem por objetivo promover o espaço construído com conforto, sendo um ambiente agradável, adepto ao clima local, minimizando os gastos de energia, necessitando de menor consumo de energia elétrica, reduzindo assim a sua emissão de poluição (CORBELL e YONNAS, 2009).

Considerando o clima subtropical em que Cascavel se insere, o principal desconforto térmico é o ganho de calor devido a absorção da energia solar pelas superfícies dos ambientes, deste modo é imprescindível no projeto arquitetônico, considerar a proteção a radiação solar. Os cuidados com a umidade e ventilação também são de extrema importância, medidas arquitetônicas para renovação do ar interno, diminuem a temperatura e a umidade. Outro fator a ser considerado são os materiais, estes regulam o desempenho térmico da edificação, influenciando assim no conforto dos usuários. A iluminação natural, além de ser benéfica a saúde, dá a sensação psicológica de tempo, algo não fornecido pela luz artificial. O controle de ruídos, através de isolantes acústicos, placas, painéis e materiais que proporcionam o conforto acústico. (CORBELL e YONNAS, 2009).

São inúmeras as soluções projetuais que promovem conforto e sustentabilidade, variando de acordo com o local e clima em que a obra se insere. No caso do Centro de Apoio, a localização no centro da cidade, a ocupação de uma quadra, o clima subtropical, insolação e ventilação, são condicionantes que podem se tornar potencialidades ao serem direcionados, através do projeto, a proporcionarem conforto e economia.

2.3.2 Materiais e sistema estrutural

A especificação dos materiais é uma prática frequente de estudantes e profissionais da

arquitetura em seus projetos. Segundo os autores Keeler e Vaidya (2018) esta especificação representa a “espinha dorsal da edificação sustentável”. A seleção dos materiais de construção civil é tarefa prioritária para a abordagem sustentável da edificação.

Deve ser levado em consideração os seguintes aspectos: efetividade e conservação de recursos, eficiência e conservação de energia e qualidade do ar e do ambiente interior. Os materiais escolhidos, preferencialmente, devem apresentar as seguintes qualidades: durabilidade, embalagem mínima, processamento mínimo, produção mínima de resíduos, alto percentual de conteúdo reciclável, uso mínimo dos recursos naturais, alto nível de conteúdo de demolição, matéria prima renovável, base biológica, menor necessidade de manutenção e limpeza, possibilidade de desmontagem, componentes que possam ser reutilizados e reciclados, e por fim, causar o menor impacto possível (KEELER E VAIDYA, 2018, pg. 242).

Os materiais construtivos podem ser simples ou compostos, obtidos diretamente da natureza ou resultado de trabalho industrial. Seu uso correto depende em grande parte da solidez, durabilidade, custo e acabamento das obras. A compreensão de suas propriedades possibilita otimizar uma série de fatores de um empreendimento, que vão desde seu desempenho à sua viabilidade econômica (OLIVEIRA, 2015, pg. 22).

É importante salientar que tanto o desempenho ambiental como estrutural, de segurança contra o fogo e os demais itens especificados na ISO 6241 – *Performance standards in building - Principles for their preparation and factors to be considered* – devem ser levados em consideração na elaboração do projeto. (GONÇALVES E DUARTE, 2006, pg. 54).

Isso porque, segundo as autoras Gonçalves e Duarte (2006) se o material escolhido não corresponder as exigências, sua utilização é inviabilizada. De acordo com as autoras, assuntos como “segurança, desperdício, qualidade de execução e agilidade no canteiro de obras estão na base da discussão sobre sustentabilidade quando se trata de materiais e sistemas construtivos”.

Para o projeto do Centro de apoio a Refugiados na cidade de Cascavel, é fundamental a utilização de materiais que apliquem essas premissas, com isso a escolha do sistema construtivo em Light steel frame (LSF) traz para o projeto sustentabilidade, tecnologia, agilidade, conforto e eficiência.

Este sistema de origem americana criado no século XX para construção de casas, trata-se de uma estrutura de perfis metálicos de aço galvanizado que formam painéis modulados, neles se aplicam os fechamentos e componentes para conforto térmico e acústico (ZATT, 2010, pg. 12).

Segundo o autor Kaminski Junior (2006) devido a flexibilidade e agilidade construtiva do sistema LSF é possível notar que há um potencial que deve ser explorado e aplicado nas mais

diversas edificações como, casas, edifícios residenciais e comerciais de baixa altura, estabelecimentos destinados a saúde e ensino, hotéis, habitações de interesse social e no retrofit de edificações.

Os elementos que compõem o esqueleto deste sistema construtivo são: paredes, pisos e coberturas. Os perfis de aço galvanizado são utilizados para formar painéis estruturais, vigas e pisos, tesouras de telhado e os demais componentes. Estes perfis são obtidos por perfilagem a partir de bobinas de aço revestidas com zinco ou liga alumínio-zinco por meio do processo de imersão quente ou eletrodeposição, obtendo assim o aço galvanizado (KAMINSKI JUNIOR, 2006, pg. 3).

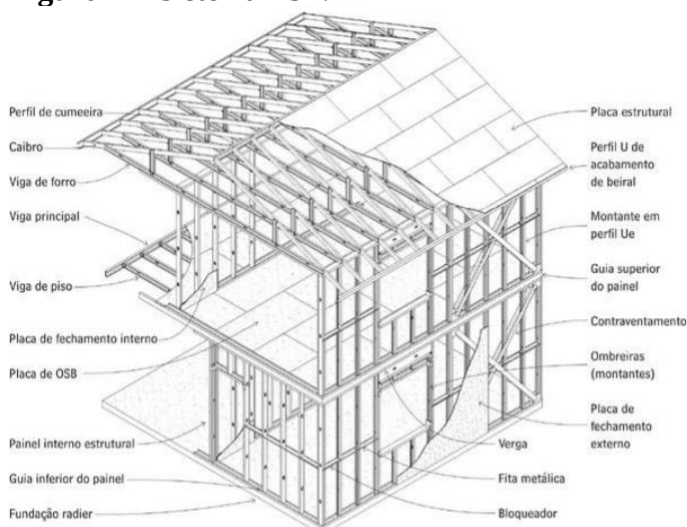
Segundo Pedroso (2015) esses perfis em aço são dimensionados para substituir pilares e vigas de concreto. Deste modo torna-se uma estrutura mais leve, de acordo com Kaminski Junior (2006) isto faz com que a estrutura exija menos da fundação do que as estruturas convencionais, devido a distribuição uniforme da carga ao longo dos painéis estruturais, assim a fundação deve ser contínua e suportar os painéis em toda sua extensão.

Para o fechamento e vedação desta estrutura podem ser utilizados, chapas cimentícias, OSB, gesso acartonado, PVC, entre outros. (PEDROSO, 2015, pg. 67)

Segundo Zatt (2010) as vantagens do LSF são inúmeras, dentre elas o autor cita: a montagem simples, a estrutura leve, o transporte facilitado devido as dimensões pequenas das peças e painéis pré-fabricados, a fácil adequação se aderindo a qualquer projeto, a organização e limpeza do canteiro de obras, a redução do número de atividades dentro da obra, menor perda de materiais, diminuição de acidentes, a facilidade de instalação de isolantes, a precisão dimensional e o ganho em área útil construída.

A figura 4 representa de maneira ilustrativa os elementos que compõem o sistema LSF de sua base até a cobertura.

Figura 4 – Sistema LSF.



Fonte: Daltro, Pagiolli, Singulane, 2015.

2.3.3 Tecnologias aplicadas para economia, eficiência e independência

A correta implantação da edificação é primordial, levando em consideração a insolação e as correntes de ventos predominantes, possibilita máximo aproveitamento desses recursos naturais. A iluminação natural quando bem utilizada, acarreta a economia de energia, dispensando o uso de luz artificial e proporciona conforto térmico. Segundo Sala (2006) “a luz natural pode ser uma estratégia atrativa para diminuir a carga de resfriamento necessária em edifícios por causa da iluminação artificial”. Ainda, segundo o autor, a utilização da implantação da obra pode “canalizar os ventos, desviando-os ou trazendo-os para a edificação.” Desta forma deixando o ambiente arejado, e diminuindo sua temperatura interna de forma natural.

Além das medidas arquitetônicas implantadas, o projeto contempla o uso de placas fotovoltaicas. Segundo Rüther (2004) os painéis são projetados para serem utilizados em ambiente externo, resistindo ao clima por um período de até 30 anos. A eficiência energética gerada por este sistema é ideal para uso de ar-condicionado que em dias quentes demanda máxima potência elétrica, o que coincide com a geração de energia solar em dias ensolarados. As placas devem ser instaladas no telhado da edificação e direcionadas a maior incidência solar possível.

Ainda segundo o autor Rüther (2004) a conexão com a rede elétrica pública é um ponto positivo pois não gera incômodos com falta de energia devido a demanda. Rüther (2004) afirma que:

[...] por poderem contar com a rede elétrica pública como *back up* quando a demanda excede a geração, não há a necessidade de superdimensionamento do sistema para atendimento da demanda energética sob períodos prolongados de baixa incidência solar, como é o caso em sistemas isolados ou autônomos, onde o dimensionamento do sistema deve levar em consideração o pior caso de oferta solar e a sazonalidade que ocorre na maioria das regiões do globo, do que decorre que para alguns períodos do ano o sistema autônomo freqüentemente estará superdimensionado, o que eleva os custos da instalação. (RÜTHER, 2004, pg.12)

A figura abaixo ilustra a composição do sistema de energia fotovoltaica desde a captação solar por meio das placas até a utilização pelos aparelhos e iluminação.

Figura 5 – Sistema de energia solar fotovoltaica.



Fonte: BAIMA, 2005.

Outro sistema a ser utilizado é a implantação de placas solares para aquecimento da água. Segundo Sala (2006) este sistema reduz a conta de luz em torno de 35%. O planejamento deste sistema deve ser pensado juntamente com o projeto desde o princípio, pois este requer uma tubulação especial para seu funcionamento. A instalação das placas deve ocorrer de modo que fiquem suas faces voltadas para o norte do terreno, por deter maior incidência solar, de acordo com a autora “devem ficar inclinadas de acordo com a latitude da região somada de 10 graus para privilegiar o aquecimento da água.”

A figura 5 esquematiza de forma ilustrada como este sistema ocorre: A caixa-d’água abastece o boiler, está água vai para a serpentina no interior das placas coletoras, após aquecida devido a radiação, a água retorna ao boiler e permanece armazenada na parte superior. O circuito trabalha de forma contínua, assim que a água quente é usada, a fria segue para as placas (SALA, 2006).

Figura 6 – Sistema de energia solar para aquecimento de água.



Fonte: BAIMA, 2005.

Por fim a utilização de terraço jardim em parte do edifício proporcionando conforto térmico e acústico, estética agradável e conforto psicológico.

Segundo Sala (2006) O Conforto térmico e acústico é proporcionado devido ao seu poder de isolamento térmico no inverno e controle da temperatura interna no verão, por evapotranspiração das plantas, diminuindo assim, os gastos com ar condicionado no verão e amenizando as baixas temperaturas do inverno. A estética é agradável devido o visual paisagístico das plantas e folhagens em um local antes não utilizado, dando um design diferenciado a edificação. O psicológico, segundo a autora, “pois o ser humano reage positivamente a espaços naturais verdes, o que aumenta o senso de comunidade.”

2.4 ARQUITETURA FENOMENOLOGICA

A fenomenologia é o estudo da consciência e dos objetos da consciência. Segundo Brandão (2017), a fenomenologia estuda a essência das experiências vividas pelos sujeitos. Deste modo a arquitetura influencia diretamente na vida das pessoas, sendo parte do cotidiano e palco dessas experiências.

De acordo com Pallasma (1996), “o espaço arquitetônico é um espaço vivenciado, e não um mero espaço físico, espaços vivenciados sempre cedem a geometria e a mensurabilidade”. A arquitetura busca criar ambientes que proporcionam relembrar as sensações já vividas anteriormente no mesmo local. Por meio da fenomenologia é possível sentir a semelhança de locais que proporcionam impressões similares.

Segundo Brandão (2017) a arquitetura envolve diversas esferas da experiência sensorial que interagem e fundem entre si. Nossos corpos e movimentos estão em constante interação com o ambiente. Categoriza os sentidos como sistemas sensoriais: sistema visual, auditivo, palato-olfativo, de orientação básica e sistema tátil.

Atualmente as obras levam em consideração, em sua maioria, apenas a estética, deixando de lado os outros sentidos que vão além da visão. A arquitetura tem o papel de causar sensações, relembrar momentos, lugares e culturas, o uso de texturas, aromas e sons envolvem o observador com o espaço e o transporta para lembranças ou sensações diversas. A aplicação de elementos que explorem esses sentidos, auxilia no papel do arquiteto em impactar emocionalmente cada observador de forma individual e distinta.

2.5 URBANISMO

O termo urbanismo refere-se à cidade, é uma área do conhecimento que visa soluções aos problemas urbanos. Na academia se firma como disciplina e teoriza sobre as formas de organizar o crescimento das cidades, potencializá-las, de maneira que melhore a qualidade de vida da população que a vivência. Estuda aspectos da infraestrutura da cidade e serviços coletivos, como, rede viária, transportes, equipamentos de acesso à água e esgoto, iluminação, entre outros, e os serviços sociais, como educação, saúde e lazer. Na atualidade o estudo do urbanismo é consolidado como vertente do planejamento urbano, e seu objetivo é transformar e valorizar o espaço da cidade, através de intervenções urbanas, garantindo um ambiente mais adequado e com maior qualidade para a população (NUNES e LACERDA, 2016, pg.995).

2.5.1 A união entre arquitetura e políticas públicas

O arquiteto e urbanista, segundo PIRES e SALAZAR (2014) deve estar ciente de direitos, tais como “a luta pela terra, pelo direito de morar, circular, pelas riquezas produzidas nas cidades”. As cidades apresentam desigualdade e contrastes sociais que afetam a sociedade.

[...]o lugar onde vivemos sofre com a perda de qualidade e com a incorreta alocação dos investimentos públicos. É vital destacar a importância do papel do Estado, como indutor da qualificação da Arquitetura e do Urbanismo produzidos simultaneamente pelo setor público e pelo setor privado (PIRES e SALAZAR, 2014, pg. 2).

Como visto anteriormente há instituições de auxílio aos refugiados, bem como serviços realizados por voluntários, desta forma garantindo abrigo, alimentação, encaminhamento social e ao mercado de trabalho com a regularização de documentação. Porém o abrigo provisório em locais inapropriados para tal uso, é uma realidade que afeta no bem estar dessas pessoas. Deste modo a união entre a estrutura física do Centro de apoio e os serviços públicos oferecidos pelo governo e instituições, beneficiaria tanto os refugiados como a sociedade.

Políticas públicas são conjuntos de ações e programas desenvolvidos pelos governos em prol da sociedade e dos interesses públicos. A criação de políticas públicas em favor dos refugiados é o ponto de partida para uma sociedade mais justa e com oportunidades.

Deste modo, a junção do espaço físico de acolhimento e políticas públicas que garantam atendimento e encaminhamento de maneira eficaz desta população, é a demonstração de uma boa recepção e consequentemente adaptação a sociedade.

2.5.2 Relação entre a edificação e o entorno

Para a análise da edificação e seus impactos no entorno é necessário um estudo que demonstre todas as atuais condicionantes da região. Para isso o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) é realizado levando em consideração os aspectos do entorno, onde se localizará a edificação.

Segundo a secretaria de planejamento urbano e infraestrutura os seguintes aspectos devem ser considerados: adensamento populacional, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, área de Interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental, equipamentos urbanos, equipamentos comunitários e sistema de circulação e transportes.

2.5.3 Edificação como marco na cidade e referência para a região oeste do estado do Paraná

A edificação em si ao cumprir sua função e proporcionar moradia temporária, serviços de encaminhamento profissional e apoio social, representará um ponto essencial de apoio. Como o CEIM-PR é localizado na Capital, Curitiba, o auxílio a refugiados e migrantes, na região oeste do estado, é carente. Com o Centro é possível concentrar todos estes serviços e proporcionar um

local digno para a estadia durante o período de adaptação desta população. Desta forma, o Centro se tornará referência na região por sua função.

Outros fatores relevantes para tornar a edificação um marco regional são as medidas arquitetônicas, tecnológicas e estéticas. A sustentabilidade e o modo como estará presente no projeto é um diferencial que caracterizará a edificação.

2.6 RELAÇÃO ENTRE A EDIFICAÇÃO E O PAISAGISMO

A integração entre ambientes internos e externo é fundamental em qualquer projeto, no Centro devido sua função social e considerando a estadia dos usuários por tempo indeterminado, o paisagismo busca interação com a obra de maneira que ambos se completem.

O projeto de paisagismo deve fazer uso do jogo de dissimular e mostrar certos elementos, fazendo com que os percursos sejam marcados por prazerosas descobertas. A modelagem espacial diversificada por meio dos volumes vegetais e construídos é a base de um bom projeto paisagístico (ABBUD, 2006, pg. 20).

Além do uso de vegetação no entorno, o terraço jardim busca benefícios sustentáveis, integração do paisagismo e da edificação. Esta integração visa uma relação harmônica entre ambiente construído e não construído, uma estética agradável e estimulação dos sentidos.

Segundo Abbud (2006), “A estética é a primeira função do paisagismo e é por meio dela que se consegue atingir e emocionar o espectador.” Segundo o autor o paisagismo atualmente também busca trazer a natureza para perto das pessoas, o que alivia de certo modo, o ritmo acelerado e a insegurança das pessoas nas ruas.

Nas áreas tratadas paisagisticamente, as crianças e adolescentes podem crescer, brincar, correr e descobrir as plantas. Nelas os adultos e idosos podem relaxar e recarregar suas baterias para enfrentar o dia-a-dia das cidades. Essas necessidades alteraram em muito os horizontes do paisagismo, tornando-o muito mais importante do que no passado para o equilíbrio e qualidade de vida das populações urbanas (ABBUD, 2006, pg. 33).

2.7 LEGISLAÇÃO

É de competência da ACNUR promover instrumentos internacionais para proteção dos refugiados e supervisionar a aplicação da Convenção de 1951. Esta Convenção foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 por meio do Estatuto dos Refugiados para resolver a situação

dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente a Convenção de 1951 abrangia apenas eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, contudo, uma retificação em 1967 estipulou que todos os refugiados fossem enquadrados, sem limites de data ou espaço geográfico. A convenção de 1951 e o protocolo de 1967 são os meios dos quais é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e receber refúgio em outro país.

A lei federal nº 9.474, de 22 de julho de 1997 define as regras para o tratamento aos refugiados. Por meio dela se determina qual as prerrogativas para que o indivíduo seja reconhecido refugiado, quais não irão se beneficiar e a condição jurídica. A lei determina que recebida a solicitação de refúgio, o Departamento da Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante, o qual autorizará a estadia até a decisão final do processo.

Para que a construção esteja regular, ela deverá seguir as orientações do Código de Obras do Município de Cascavel (Lei Municipal nº 6699 de 23 de Fevereiro de 2017). Esta lei tem por objetivo orientar os projetos e execuções de obras no Município, assegurar a implantação de padrões de segurança, higiene, salubridade, conforto, aspectos arquitetônicos e urbanísticos de todas as obras e promover acessibilidade a toda a população, aplicando as Leis e normas relativas a este assunto.

Além disto, se deve observar as disposições da Lei de Uso do Solo (Lei Municipal nº 6696 de 2017), Lei do Sistema Viário (Lei Municipal nº 6700 de 2017) e as normas de acessibilidade e desempenho.

A norma de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos (NBR 9050:2015) visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente da idade, estatura ou limitação de mobilidade e percepção.

Quanto a norma de desempenho, NBR 15575:2013, são estabelecidos os requisitos e critérios de desempenho do sistema estrutural, segurança contra incêndio, segurança no uso e na operação, estanqueidade, desempenho térmico, desempenho acústico, desempenho luminoso, durabilidade e manutenibilidade, saúde, higiene e qualidade do ar, funcionalidade e acessibilidade, conforto tátil e antropodinâmico e adequação ambiental.

3. CORRELATOS

O projeto do Centro de apoio a refugiados e imigrantes do Oeste do Paraná, tem como referência algumas obras sociais com características distintas. Os correlatos somados a pesquisa teórica embasam a concepção formal, projetual e conceitual do projeto, servindo de referência por meio de tecnologias aplicadas, materiais presentes, estrutura espacial e formal, disposição no terreno, fluxos e a integração com o ambiente externo. Deste modo os correlatos escolhidos são: o Complexo Social para terceira idade de Alcabideche em Portugal, o Abrigo para desabrigados de Jankowice na Polônia, e por fim, o Centro Comunitário Rehovot em Israel.

3.1 COMPLEXO SOCIAL DE ALCABIDECHE

Localizado na cidade de Alcabideche na região metropolitana de Lisboa, Portugal, o complexo social é destinado a moradia e apoio a terceira idade. Projeto do escritório Guedes Cruz Arquitectos e promovido pela Fundação Social do Quadro Bancário, contempla 9.956 m² e teve sua conclusão no ano de 2012. Os arquitetos José Guedes Cruz, César Marques e Marco Martinez Marinho elaboraram o projeto com o conceito de trazer a obra um estilo de vida mediterrâneo onde os espaços externos se comportam como prolongamentos das casas.

Figura 7 – Vista do Edifício de apoio e as habitações do complexo social.



Fonte: Alves, ARCHDAILY, 2015.

3.1.1 Conceito

O conceito que norteia este projeto é a cultura e estilo de vida mediterrâneo dos povos do sul, romanos e árabes que predominam nessa região de Portugal. Apesar de não ser um país mediterrâneo este conceito traz equilíbrio entre a privacidade e a vida em sociedade. Este complexo busca elevar a qualidade urbana e paisagística, preenchendo a falha no sistema de apoio à terceira idade. Segundo o Arquiteto José Guedes Cruz, o projeto foi elaborado de acordo com um programa funcional, técnico e moderno.

3.1.2 Implantação

A implantação no terreno acontece através de uma malha com modulação de 7,5 metros, que contempla as habitações e no centro o edifício de apoio. Ao total são 52 unidades habitacionais voltadas a jardins com vegetação e espelhos d'água que são como uma extensão das casas. Como em uma Medina as circulações dentro deste complexo são exclusivas a pedestres. Durante o dia os moradores circulam sob a proteção das sombras dos volumes das casas e durante a noite a luz emitida por elas iluminam os caminhos, este sistema permite que os habitantes circulem a noite com segurança entre os diferentes níveis e espaços.

Figura 8 – Análise de Implantação.

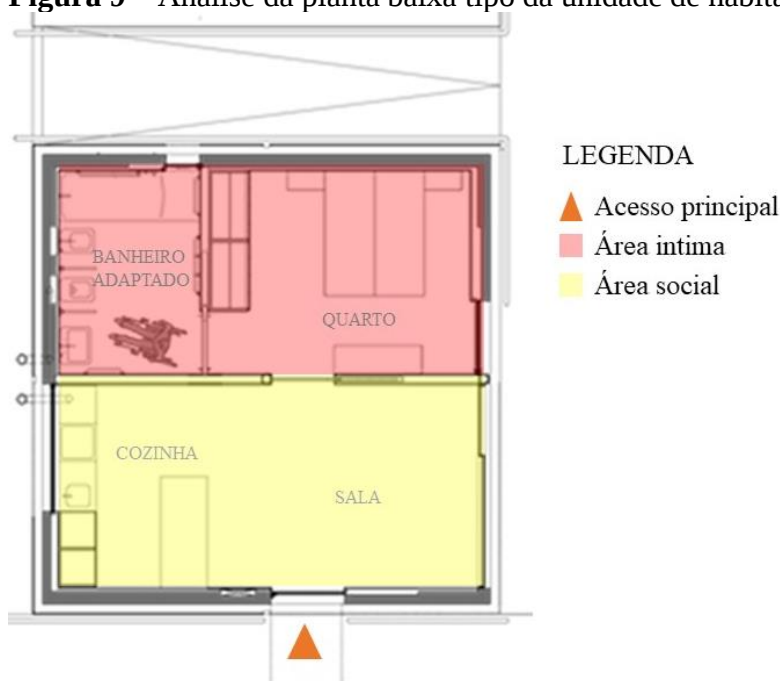


Fonte: Guedes Cruz, ARCHDAILY, 2015. (Adaptado pela autora).

3.1.3 Funcionalidade

Com o sistema de modulação o layout do complexo se divide em 52 unidades habitacionais, um edifício central de apoio, circulações entre os níveis e os jardins. Todas as casas apresentam as mesmas características, com uma planta bem resolvida, prática e adaptada para atender as necessidades dos idosos. A Figura 9 representa a análise da planta desta edificação.

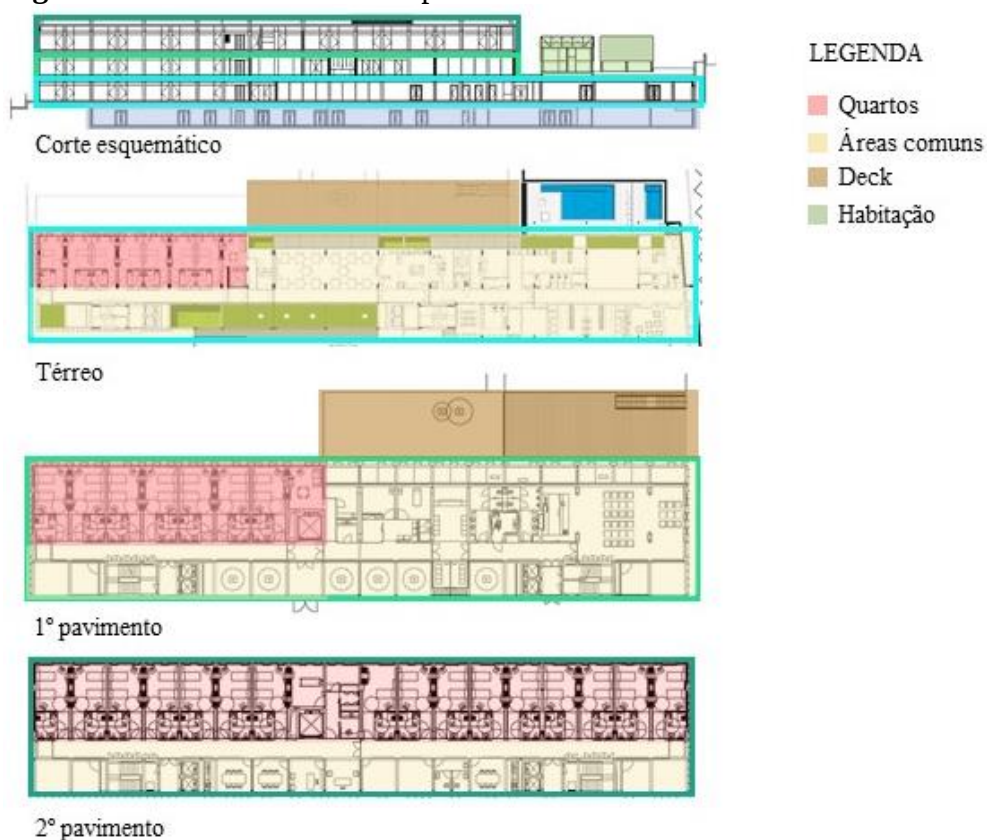
Figura 9 – Análise da planta baixa tipo da unidade de habitação.



Fonte: Guedes Cruz, ARCHDAILY, 2015. (Adaptado pela autora).

Estas unidades estão dispostas em torno do edifício central, deste modo permitindo o acesso a este a partir de qualquer habitação. Este edifício possui os mesmos princípios e contempla todos os serviços comuns para manter o funcionamento e qualidade de vida do complexo. Em seu interior encontram-se as áreas sociais, de enfermagem e quartos individuais para doentes e acamados, além disso seu programa contempla piscina, ginásio, refeitório, cabelereiro, capela, estacionamento, entre outros. O estacionamento fica no subsolo, a piscina, refeitório e demais áreas comuns no térreo, e nos dois pavimentos superiores se encontram os quartos individuais e duplos e as demais áreas comuns. A Figura 10 representa as plantas e um corte esquemático do edifício.

Figura 10 – edifício central de apoio.



Fonte: Guedes Cruz, ARCHDAILY, 2015. (Adaptado pela autora).

3.1.4 Aspectos Formais

A forma segue um padrão de cores, texturas e volumes que estão em perfeita harmonia. A cor predominante é o branco, presente no edifício central de apoio e nas coberturas das habitações, esta cobertura é o elemento que mais chama a atenção no aspecto visual do complexo devido seu efeito translúcido que durante a noite emite a luz interna das casas iluminando as circulações e jardins.

A geometria linear traz modernidade e leveza ao conjunto assim como as coberturas translúcidas. O uso do vidro integra os ambientes internos e externos e o concreto aparente das paredes dá privacidade aos ambientes íntimos e mais rigidez à forma. As figuras 12 e 13 apresentam como as edificações se modificam durante a noite.

Figura 11 – Imagem em perspectiva das habitações e o edifício de apoio.



Fonte: Alves, ARCHDAILY, 2015.

Figura 12 – Imagem em perspectiva da edificação e o edifício de apoio durante a noite.



Fonte: Alves, ARCHDAILY, 2015.

3.1.5 Técnicas construtivas

Como visto no item anterior, a cobertura das habitações é o grande diferencial deste projeto, além do aspecto visual impactante e agradável estas coberturas são responsáveis pela iluminação noturna das circulações a noite. Em casos de emergência há um botão na residência que ativa um dispositivo de alarme que alerta a central de segurança, no edifício de apoio, e automaticamente a luz emitida passa a ser vermelha, sinalizando aos demais moradores e a central que algo de errado está acontecendo. Para este efeito ser possível nas coberturas, se

utilizou o material translúcido acrílico branco.

Durante o dia conforto ambiental no interior das unidades é resultado da capacidade de reflexão da cobertura aliada a almofada de ar criada entre ela e o bloco habitado. A Figura 13 representa um esboço de como funciona este sistema.

Figura 13 – Croquis do sistema de iluminação e ventilação da cobertura.



Fonte: Guedes Cruz, ARCHDAILY, 2015.

A tecnologia de produção de energia através de painéis fotovoltaicos, está presente no edifício central, com isso a energia que alimenta as habitações seu aquecimento de água e sistema de climatização e piso aquecido é fornecido de forma sustentável e econômica.

3.2 ABRIGO PARA DESABRIGADOS DE JANKOWICE

Esta habitação de interesse social, desenvolvida pelos arquitetos do XYSTUDIO é destinada a atender pessoas desabrigadas que não se encaixam no sistema de atendimento público ou que não conseguem bancar uma casa por conta própria. Localizada em uma área rural da pequena vila de Jankowice, da cidade de Ostrowiec Świętokrzyska, na Polônia, ocupa uma área de 1.485 metros² e teve sua conclusão no ano de 2019.

Figura 14 – Fachada do Abrigo.



Fonte: One Light Studio, ARCHDAILY, 2020.

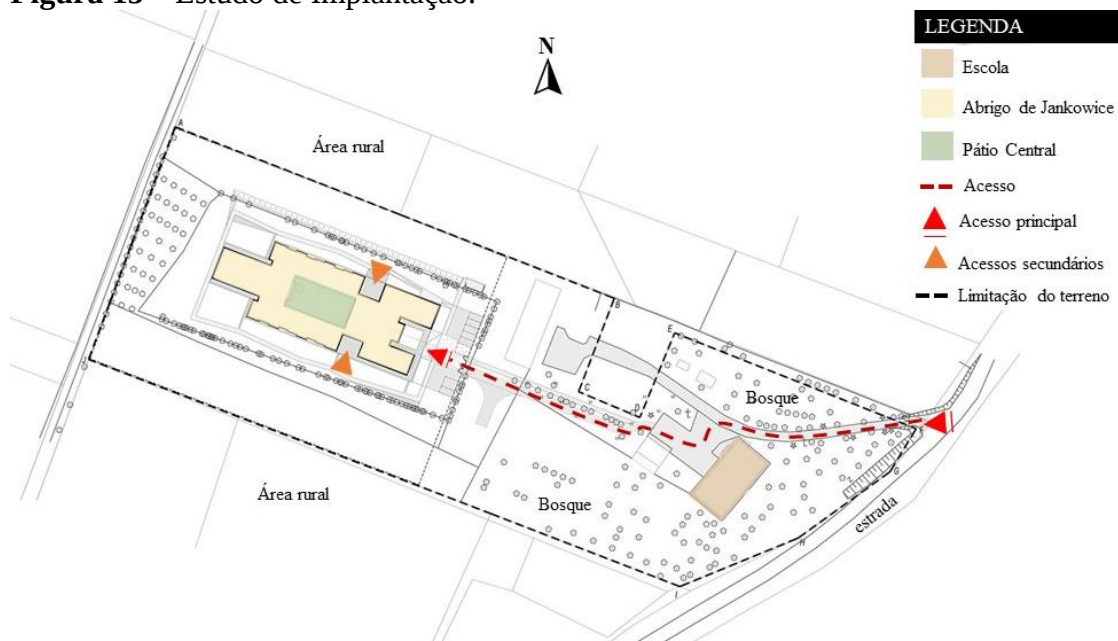
3.2.1 Conceito

O edifício em si, busca proporcionar o abrigo para aqueles que não o tem, o partido inicial foi oferecer a estas pessoas um local para dormir, pensando nisso a Irmã Chmielewska decidiu construir uma “casa” para abrigar estas pessoas. Entretanto os arquitetos realizaram algo além, com uma obra que se insere na paisagem local de forma sutil, com um design agradável o edifício transmite contemporaneidade e aconchego, fazendo com que os seus hóspedes se sintam em casa. Outro fator determinante no projeto foi a ressocialização, este processo no abrigo é realizado com o incentivo as pessoas a saírem durante o dia, desta forma o pátio externo é tido como o espaço mais importante da edificação, ele é o elemento de conexão com o exterior, não apenas física mais psicologicamente.

3.2.2 Implantação

A implantação acontece em um terreno rural, atrás de um bosque que circunda a escola de Jankowice. Da estrada passa despercebido e inserido na paisagem, a partir do edifício se tem uma vista panorâmica deste contexto transmitindo tranquilidade através da vegetação presente no bosque. A Figura 15 representa graficamente a implantação no terreno.

Figura 15 – Estudo de Implantação.



Fonte: Xystudios, ARCHDAILY, 2020. (Adaptado pela autora).

3.2.3 Funcionalidade

A planta do Abrigo pode ser dividida em três zonas principais, a ala de acesso possui um espaço de recepção e uma capela. Os escritórios administrativos bem como salas de reabilitação, área de convívio e o refeitório encontram-se também na parte da frente do edifício. Já na nave central separada a ala de acesso pela ala de convívio, estão os dezenove dormitórios, a maioria duplo, todos com banheiros adaptados. Ao fundo está a área dos funcionários, são três apartamentos pequenos equipados. A Figura 16 apresenta a planta e sua setorização.

Figura 16 – Planta baixa setorizada.



Fonte: Xystudios, ARCHDAILY, 2020. (Adaptado pela autora)

3.2.4 Aspectos formais

Esta edificação térrea se integra a paisagem rural da Polônia de maneira sutil, devido a sua horizontalidade com os grandes vãos de marquises brancas que prontamente se conectam com as paredes de tijolos maciços. A geometria retangular da fachada aprimora ainda mais a horizontalidade e dá à obra um ar contemporâneo. As circulações abertas da fachada, bem como o uso do vidro e o jardim interno integram a relação interno e externo aproximando ainda mais os hóspedes da paisagem tranquila que circunda o abrigo. As paredes que cercam o pátio com o jardim externo foram decoradas com as pinturas do artista polonês Marcin Czaja que buscou trazer mais alegria ao ambiente. O uso da madeira nas fachadas remete a antigas casas polonesas, bem como o uso dos tijolos maciços, porém na obra são utilizados de maneira moderna transmitindo conforto, aconchego e contemporaneidade.

Figura 17 – Fachada.



Fonte: Xystudios, ARCHDAILY, 2020.

Figura 18 – Pátio Central.



Fonte: Xystudios, ARCHDAILY, 2020.

3.2.5 Técnicas construtivas

A acessibilidade está presente em todo o edifício, o projeto foi desenvolvido para atender ao programa de necessidades de forma eficiente, sustentável e com baixos custos de manutenção.

O aquecimento acontece com o sistema de gás, devido à sua viabilidade econômica, o piso também é aquecido com o sistema radiante também aplicado nas paredes. As janelas possuem

alta estanqueidade, e o projeto conta com estratégias passivas de ventilação. Há ainda uma estação de tratamento de esgoto ecológico e sistema de captação e reaproveitamento da água da chuva.

Outro fator sustentável aplicado a construção do abrigo foi o uso de materiais locais e reaproveitados. Os tijolos maciços das fachadas, haviam sido descartados, foram ressignificados e ganham destaque neste projeto, assim fazendo uma analogia a história de cada pessoa que passa pelo abrigo e consegue se ressocializar.

3.3 CENTRO COMUNITÁRIO REHOVOT

Localizado na cidade de Rehovot em Israel, o centro comunitário concluído em 2016 é um projeto do escritório Kimmel Eshkolot Architects com 2.500 metros². O bairro onde se encontra esta obra, chamado New Rehovot, é recente e destina seu centro a edifícios públicos, dos quais alguns já foram concluídos, incluindo o centro comunitário.

3.3.1 Conceito

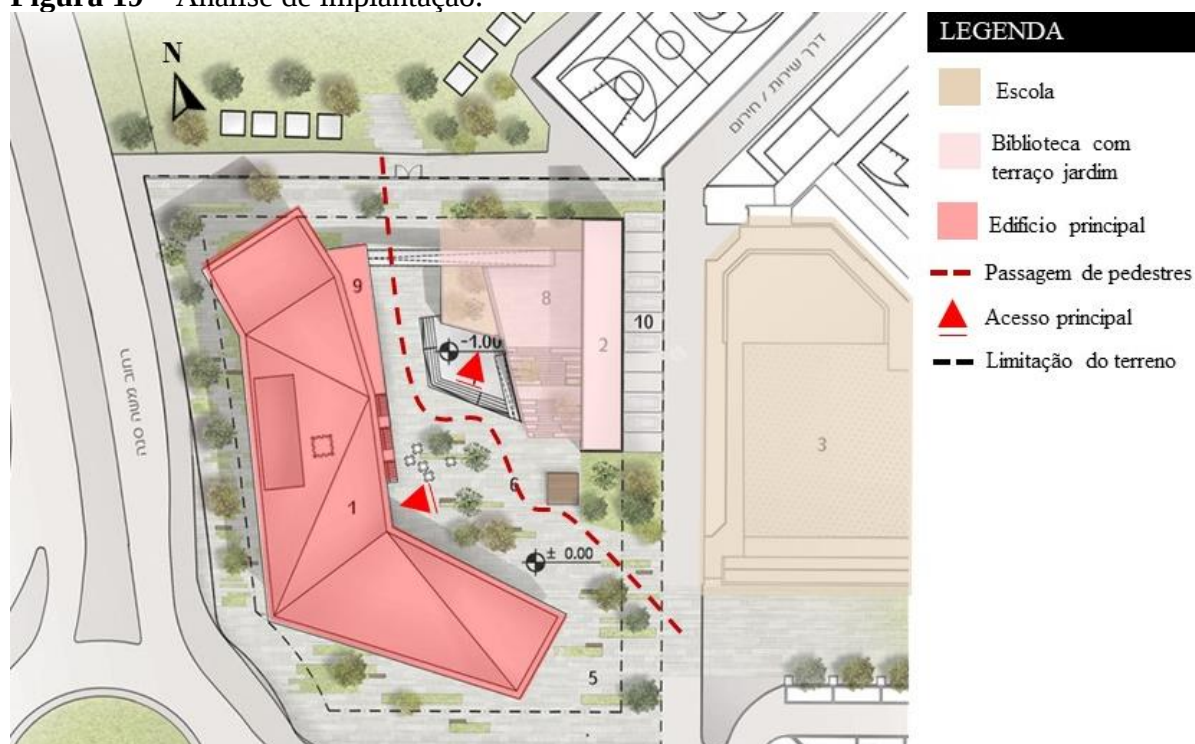
O conceito que norteia este projeto é a busca por uma escala urbana amigável, onde os usuários usufruíssem da praça interna assim como os pedestres, que buscariam passar por ela como um atalho para atravessar a quadra, assim consequentemente utilizando o espaço. Para isso a locação do centro se dividiu em dois edifícios no terreno, dispostos em torno do pátio de modo a gerar esta abertura de passagem.

3.3.2 Implantação

Locado no centro do Bairro New Rehovot, destinado a edifícios públicos, o Centro Comunitário está entre uma escola primária e um centro esportivo. A ideia dos arquitetos foi abrir uma passagem para pedestres que cortasse a obra e proporciona-se um atalho que se conecta com a escola ao lado leste e com o centro esportivo ao norte. Para isto o centro se divide em dois edifícios, o maior e principal e a biblioteca, ambos foram projetados para operarem tanto

em conjunto, como separadamente. A Figura 19 representa a implantação da obra de maneira ilustrativa.

Figura 19 – Análise de implantação.

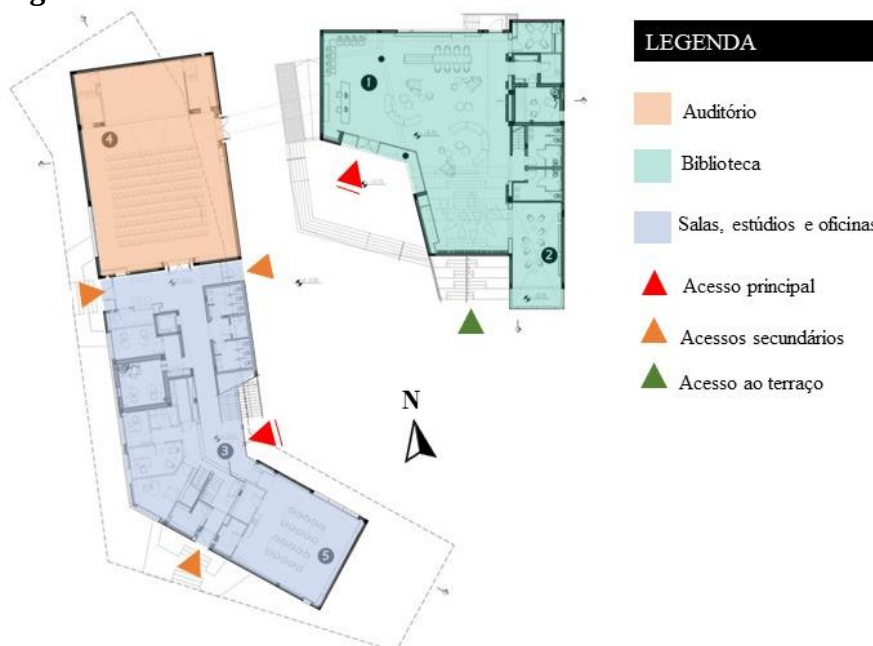


Fonte: Kimmel Eshkolot, ARCHDAILY, 2017. (Adaptado pela autora).

3.3.3 Funcionalidade

O programa de necessidades do projeto inclui uma praça urbana, auditório, estúdios de dança, música e esportes, oficina de artesanato, biblioteca, sala para a prática de artes marciais, salão multifuncional e uma área destinada aos jovens. O bloco da biblioteca atua como um centro multimídia e seu terraço jardim é acessado por uma passarela que interliga os blocos e também por uma escadaria com estares que visam ser uma espécie de anfiteatro para pequenas performances ao ar livre. A Figura 20 representa a planta com sua disposição dos ambientes internos e devida setorização.

Figura 20 – Planta baixa setorizada.



Fonte: Kimmel Eshkolot, ARCHDAILY, 2017. (Adaptado pela autora)

3.3.4 Aspectos formais

A forma segue uma geometria de linhas e ângulos retos, porém a obra está disposta de maneira mais orgânica no terreno. No edifício principal de dois pavimentos o segundo paira sobre o térreo criando uma proteção contra o sol. Ainda no segundo pavimento o uso de brises soleil cobrem toda extensão do pavimento ao longo de toda sua extensão, dando uma aparência contínua e protegendo as janelas da incidência solar. O uso do vidro expõe as salas, ateliês e a biblioteca de modo a chamar a atenção dos pedestres para as atividades que acontecem no interior dos edifícios.

Figura 21 – vista do acesso principal ao centro comunitário.



Fonte: Geron, ARCHDAILY, 2017.

3.3.5 Técnicas construtivas

Os brises presentes nas fachadas do piso superior do edifício central são perfis de bambu, material sustentável que cumpre seu papel como proteção à incidência solar, além de transmitir a sensação de aconchego para o ambiente de gesso claro e pedra cinza do piso. A acessibilidade está presente em todo o centro, assim podendo ser acessada a todos. Os edifícios proporcionam parcialmente sombra no pátio central ao longo do ano o que deixa o ambiente mais agradável e fresco.

Figura 22 – Detalhe dos brises.



Fonte: Geron, ARCHDAILY, 2017.

4. INTENÇÕES PROJETUAIS

Este capítulo visa abordar as diretrizes projetuais aplicadas pela autora, bem como o estudo do terreno, sua topografia, entorno, questões climáticas, principais vias e acessos, locando assim de maneira eficiente e adequada a obra. Com a implantação ajustada a estas questões, é apresentado o conceito e partido do projeto, em seguida é abordado o programa de necessidades que será atendido pelo Centro de Apoio a Refugiados do Oeste do Paraná. Por fim é apresentado o diagrama de setorização no terreno e as primeiras intenções formais.

4.1 A CIDADE DE CASCAVEL, PARANÁ

Conhecida como a capital do Oeste do Paraná, a cidade de Cascavel abriga uma população estimada em 328.454 pessoas em uma área de 2.101,074 km², segundo dados do IBGE (2019). Cascavel é a quinta maior cidade do paraná, sendo a sede de sua região metropolitana.

Figura 23 – Mapa com a localização da cidade de Cascavel.



Fonte: Melo, Sanquetta, Corte e Klein, 2014. (Adaptado pela autora).

Segundo o portal do cidadão do município, a origem do nome da cidade se dá a partir de uma lenda, onde os primeiros colonos que pernoitavam a beira de um rio, encontraram um ninho de cobras cascavéis, assim chamando o local de Cascavel. A história do município tem início no

ano de 1928 quando José Silvério de Oliveira, conhecido como Nhô Jeca, arrendou terras na região onde se encontrava a Encruzilhada dos Gomes, um entroncamento de vias abertas por tropeiros e militares, onde montou um armazém e atraiu novos habitantes que decidiram investir no local. Na década de 1930 com o ciclo da madeira, a região atraiu migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De 1936 a 1952, Cascavel pertencia a cidade de Foz do Iguaçu, sendo oficializada como distrito administrativo em 1938. No dia 14 de dezembro de 1952 a cidade é finalmente emancipada (MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 2020).

Atualmente a economia da cidade tem destaque no setor agropecuário e vem crescendo como polo universitário. Um destaque sobre a infraestrutura da cidade é com relação ao saneamento básico, a cidade atende a 99,99% da população, em abastecimento de água e coleta de esgoto, e tem 99,30% de seu esgoto tratado. Com esses dados a cidade tem uma das melhores evoluções nesse sentido (TRATA BRASIL, 2019).

4.2 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Como visto no capítulo 2 o estado do Paraná conta com uma estrutura física de apoio a imigrantes e refugiados na cidade de Curitiba, o CEIM-PR. Contudo conforme os dados apresentados percebeu-se a carência de serviços de encaminhamento e abrigo a esta população no oeste do estado. Com isso a escolha da implantação do Centro de Apoio a Refugiados na cidade de Cascavel, visa atender a demanda da cidade e de toda sua região metropolitana.

O Terreno escolhido está localizado no centro da cidade, entre a Avenida Assunção e Ruas Curitiba, Paraguai e Belo Horizonte. O terreno ocupa um quarteirão com área de 12.960 m², com testada principal de 120 metros e testada secundaria de 108 metros.

A localização do terreno é ideal para a implantação do projeto por se situar em uma área central da cidade, possibilitando o acesso a serviços com mais facilidade. A proximidade com a rodoviária é fundamental, tendo em vista que a maior parte desta população chega à cidade através de ônibus intermunicipal. Outro fator determinante é o acesso ao transporte público municipal, neste caso o terreno está próximo a um terminal de transporte coletivo, o que facilita a locomoção dos usuários pela cidade. A figura 24 indica a localização do terreno.

Figura 24 – Localização do terreno.

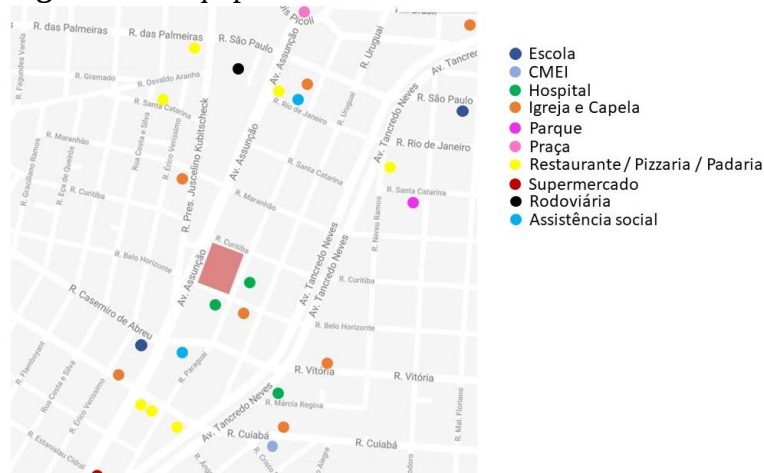


Fonte: Google Earth, 2020. (Adaptado pela autora).

4.2.1 Estudo de impacto de vizinhança

Com as análises do entorno do terreno é possível verificar os condicionantes, potencialidades e deficiências presentes no bairro que influenciaram no projeto. No aspecto referente a equipamentos comunitários próximos, destaca-se os referentes a saúde, como hospitais e clínicas. A figura 26 aponta os principais equipamentos comunitários no entorno.

Figura 25 – Equipamentos comunitários.



Fonte: acervo da autora, 2020.

A falta de equipamentos comunitários destinados a lazer é notável e deve ser levada em consideração na elaboração do Centro, o qual deverá suprir esta necessidade. Já os equipamentos urbanos referentes a infraestrutura pública como rede de abastecimento de água, coleta de esgoto e rede elétrica, são fornecidos. A figura 26 demonstra os equipamentos urbanos.

Figura 26 – Equipamentos de infraestrutura urbana.



Fonte: GeoPortal Cascavel, 2020. (Adaptado pela autora)

Com relação as vias o terreno situa-se entre as ruas Curitiba e Belo Horizonte, ambas vias locais com pouca movimentação de veículos. A Leste a Rua Paraguai, uma via Coletora com movimento moderado e por fim a Avenida Assunção, via Arterial com alta movimentação de veículos, a avenida é dividida por um canteiro.

Figura 27 – Principais vias no entorno.



LEGENDA – Principais vias

- Avenida Brasil, principal avenida da cidade (Arterial)
- Avenida Assunção e Tancredo Neves (Arteriais)
- Rua Paraguai (Coletora)
- Ruas Curitiba e Belo Horizonte – (Locais)

Fonte: Google Earth, 2020. (Adaptado pela autora).

4.2.2 Condicionantes do terreno

Mediante Consulta prévia, disponível no anexo A, o terreno está localizado na ZEA1 – Centro 2 (Zona de Estruturação e Adensamento 1 – Subzona Centro 2), no loteamento centro, quadra 0490 lote 0001. Apresenta 120 metros de testada principal, para a Avenida Assunção e Rua Paraguai, e 108 metros de testada secundária para as Ruas Curitiba e Belo Horizonte. Sua taxa de ocupação máxima é de 70%, permeabilidade mínima de 20% e um coeficiente de aproveitamento 5 podendo chegar a 7 mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do direito de construir. O amplo terreno de 12.960m² com estes índices permite o aproveitamento de forma adequada.

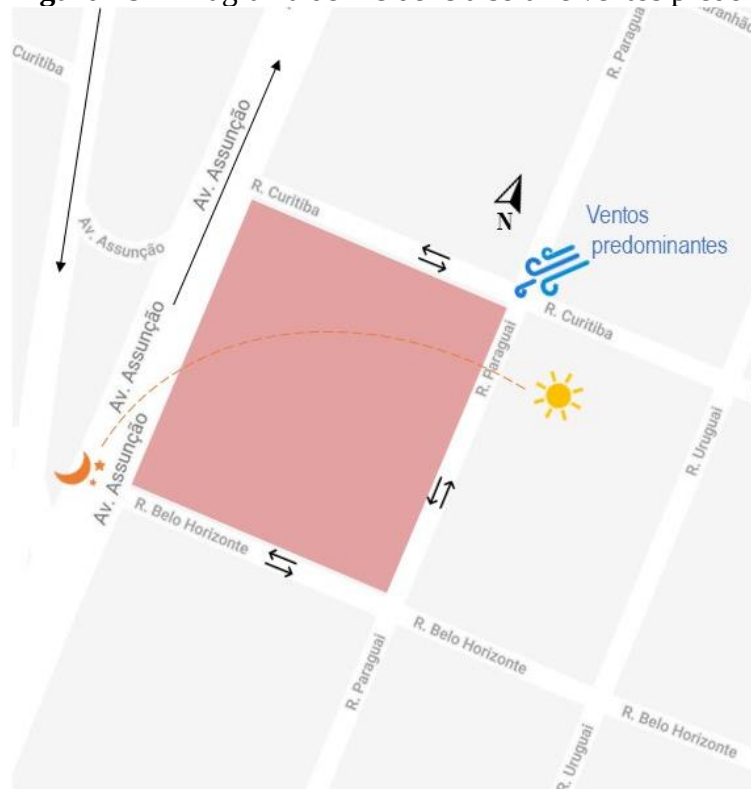
Figura 28 – Zoneamento do terreno.



Fonte: GeoPortal Cascavel, 2020.

Os condicionantes climáticos são determinantes na correta implantação da obra. Em relação a insolação, o sol nasce a leste, deste modo o sol da manhã pertence a fachada para a rua Paraguai, que por não ser tão movimentada como a avenida, é um ótimo local para a locação das habitações temporárias. Os ventos predominantes veem da região nordeste, com isso o sistema de ventilação cruzada direcionado a este sentido irá maximizar a ventilação, proporcionando a obra melhor conforto térmico e garantindo ambientes arejados. A figura 29 representa de maneira diagramada a relação dos condicionantes climáticos com o terreno.

Figura 29 – Diagrama de incidência solar e ventos predominantes.



Fonte: Google Maps, 2020. (Adaptado pela autora).

Com relação a topografia do terreno o desnível é baixo devido a sua extensão. Como demonstrado na figura 30, da Rua Curitiba até a Rua Belo horizonte o desnível é de 5 metros. Já da avenida Assunção até a Rua Paraguaui o desnível é de 4 metros.

Figura 30 – Plano altimétrico do terreno.



Fonte: Google Maps, Google Earth, 2020. (Adaptado pela autora).

4.3 CONCEITO

O conceito que norteia este projeto se deu através da carência de um local para abrigar e posteriormente encaminhar pessoas que por motivos de crises econômicas, guerras ou desastres naturais, abandonam seu país de origem e escolhem o Brasil para recomeçar. Muitas destas pessoas não possuem condições para bancar uma moradia adequada e acabam sendo ajudadas por instituições ou voluntários. Esta condição implica em dificuldades na adaptação tanto perante a sociedade como no mercado de trabalho.

Deste modo o projeto visa ser o ambiente ideal para o acolhimento de maneira digna, dando além da moradia temporária, um local de auxílio para a adaptação e readequação da rotina em uma nova realidade.

O partido arquitetônico, nesse sentido, visa atender duas finalidades principais, a habitação e a estrutura de apoio e encaminhamento. Assim o edifício é pensado de forma aberta em sua implantação, trazendo o usuário e visitante para dentro da obra, transmitindo acolhimento tanto aos refugiados como a população local.

4.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades contempla todos os setores que a obra busca contemplar, considerando uma área construída de aproximadamente 4.170 metros² mais um amplo pátio que divide a obra e jardins internos que somam aproximadamente 4.830 metros². A figura 31 demonstra a separação de cada setor e seus ambientes.

Figura 31 –setorização com o programa de necessidades.

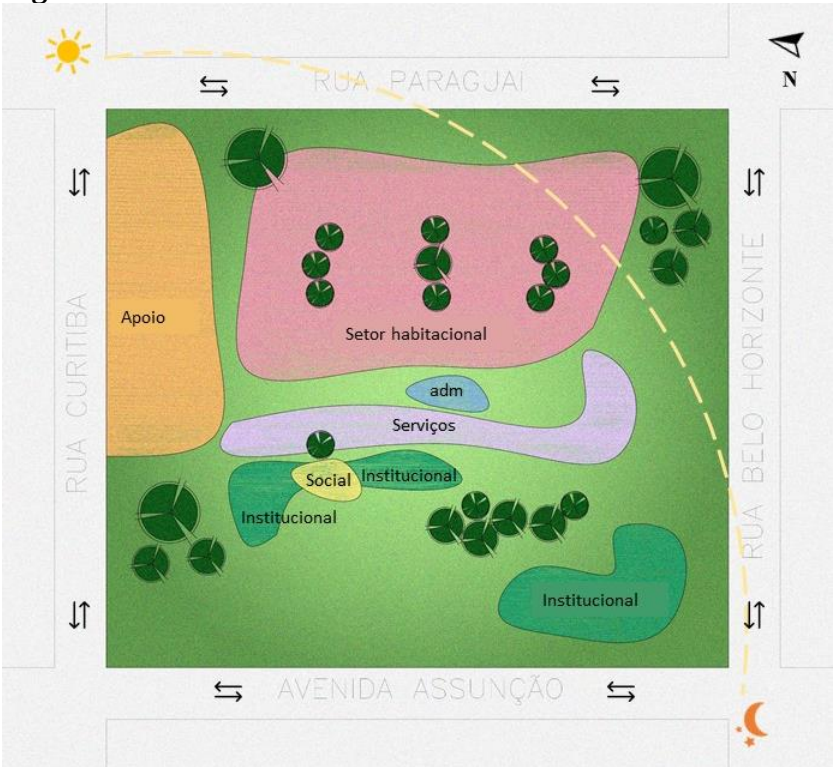
PROGRAMA DE NECESSIDADES		
SETOR	AMBIENTES	ÁREA
ÍTIMO	HABITAÇÕES UNIFAMILIAR TEMPORARIAS	15 UNIDADES DE 60 M ² CADA
SOCIAL	HALL DE ENTRADA, RECEPÇÃO, JARDINS INTERNOS E EXTERNOS E PÁTIO	ENTRADA 100M ² E PÁTIO MAIS JARDINS 4.830M ²
ADMINISTRATIVO	SALAS DE: ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA E DIREÇÃO.	60 M ²
INSTITUCIONAL	SALAS DE: ATENDIMENTO SOCIAL, REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL E CURSOS	600M ²
SERVIÇOS	COZINHA, LAVANDERIA, DEPÓSITO E REFEITÓRIO	500M ²
APOIO	DML E ESTACIONAMENTO	2010M ²

Fonte: Autora, 2020.

4.5 PLANO MASSA E SETORIZAÇÃO

O plano massa é a pré-setorização dos setores definidos no programa de necessidade, implantados no terreno conforme seus condicionantes. Desta forma a setorização com as devidas áreas são locadas em seus determinados locais cumprindo a ideia inicial e seguindo o conceito. No projeto do Centro de Apoio a Refugiados a ocupação da quadra de forma aberta proporcionou aberturas para jardins internos e um amplo pátio que corta a edificação, trazendo os pedestres para dentro da obra e proporcionando um estar público agradável. As habitações estão locadas ao fundo de forma a contemplarem o sol da manhã, evitar ruídos de veículos da Avenida e trazer mais privacidade as unidades que não se revelam na fachada. As figuras 32 e 33 representam de maneira ilustrativa o plano massa e a setorização dos setores.

Figura 32 – Plano de bolhas.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 33 – Setorização.



LEGENDA	
	SETOR INTIMO 900M²
	SETOR SOCIAL 100M²
	PÁTIO CENTRAL E JARDINS 4.830M²
	ADMINISTRATIVO 60M²
	SETOR INSTITUCIONAL 600M²
	SETOR DE SERVIÇOS 500M²
	SETOR DE APOIO 2.010M²

Fonte: Autora, 2020.

4.6 INTENÇÕES FORMAIS

Atendendo ao conceito, programa de necessidades e setorização, a volumetria é separada em, blocos habitacionais, edifício principal que contempla serviços, administração, social e institucional e um bloco menor institucional, deslocado formando uma passagem que corta a edificação.

A forma busca uma fachada principal contemporânea que se abre ao público e ao fundo abriga as habitações que são vistas apenas nas demais fachadas. Os volumes contínuos trazem modernidade a obra e as diferentes alturas proporcionam ambientes com pé direito mais elevado.

Ao mesmo tempo que a obra se abre em sua fachada, acolhendo os pedestre, seu interior é mais fechado com subtrações que criam ambientes verdes para convívio dentro da edificação e entre as unidades habitacionais, se tornando uma extensão das mesmas e estimulando o convívio social entre os usuários e os funcionários. A figura 34 demonstra de forma ilustrativa a volumetria do Centro de Apoio a Refugiados do Oeste do Paraná.

Figura 34 – Estudo formal.



Fonte: Autora, 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar a fundamentação teórica que embasa todo o projeto do Centro de Apoio e Acolhimento a Refugiados do Oeste do Paraná. o tema da pesquisa foi a elaboração de um centro que visa proporcionar um abrigo temporário digno e encaminhamento para o mercado de trabalho e sociedade.

O problema de pesquisa apresentado foi, a estadia temporária em um ambiente digno com premissas da arquitetura sustentável, pode agilizar os processos de adaptação social e profissional de migrantes e refugiados? com a seguinte hipótese, a permanência provisória em um ambiente confortável que vá além do abrigo, aliado a políticas públicas de encaminhamento profissional e social, torna o período de adequação dessa população mais leve, eficaz e em menor tempo, beneficiando assim, um número maior de pessoas.

Deste modo a pesquisa se baseia nos 4 pilares da arquitetura, fundamentos da história e teorias, fundamentos urbanísticos, fundamentos metodológicos e fundamentos da tecnologia da construção. Também é apresentado dados referentes a refugiados no Estado do Paraná e na cidade de Cascavel, assim apontando a importância de um local adequado para abrigar esta população e a importância do trabalho conjunto com o poder público.

A análise dos correlatos buscou apresentar obras com características e finalidades similares a proposta do Centro, servindo como referências formais, espaciais e de implantação. Com isso no último capítulo é abordado as intenções projetuais onde se apresenta a cidade, o terreno escolhido, conceito, implantação da obra, programa de necessidades, setorização e volumetria.

Portanto, com os argumentos apresentados a obra se faz necessária, devido ao estado apresentar apenas na capital uma estrutura física similar. A implantação na cidade de Cascavel busca atender a toda região oeste sendo referência no atendimento a refugiados, proporcionando abrigo temporário digno, apoio social e encaminhamento profissional para que o potencial destas pessoas seja elevado e possam recomeçar com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABBUD, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. Editora Senae, São Paulo, 2006.

ACNUR Brasil. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/historico/>> acesso em: 17 abril.2020.

ACNUR. **Convenção de 1951**. Disponível em < <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>>. Acesso em: 20 abril.2020.

Agência de Notícias do Paraná. **Cresce número de migrantes e refugiados que buscam recomeço no Paraná**. Governo do Estado. Paraná, 2019.

ARAVENA, A. Em reportagem a CNN Chile. 201?.

ARCHDAILY. **Abrigo para desabrigados / xystudios**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/932030/abrigo-para-desabrigados-xystudio>. Acesso em: 30 mai. 2020.

ARCHDAILY. **Centro Comunitário Rehovot**. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/881109/centro-comunitario-rehovot-kimmel-eshkolot-architects?ad_medium=widget&ad_name=recommendation. Acesso em: 30 mai. 2020.

ARCHDAILY. **Complexo Social em Alcabideche / Guedes Cruz Arquitecto**. Brasil, 2015 Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/761557/complexo-social-em-alcabideche-guedes-cruz-arquitectos>. Acesso em 27 de maio de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: Desempenho em edificações**. Rio de Janeiro. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. 2015.

BACHTOLD, M. V. **Produção de habitação de interesse social e direito à moradia – O caso da vila nova costeira em São José dos Pinhais**. Curitiba, 2012.

BARRETO, L. P. **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1. Ed. ACNUR, Ministério da Justiça. Brasília, 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BOTELHO, A. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: Uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2005.

BRANDÃO, G. G. **Arquitetura e Urbanismo como fenomenologia do habitar**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação de Estado dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília: ABNT, 1997.

CASCAVEL. **História**. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/2>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CASCAVEL. **Lei nº 6696 de 23 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre o uso do solo no município de Cascavel. Cascavel: Câmara Municipal. 2017.

CASCAVEL. **Lei nº 6699 de 23 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o código de obras do município de Cascavel. Cascavel: Câmara Municipal. 2017.

CASCAVEL. **Lei nº 6700 de 23 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o sistema viário básico do distrito sede, das sedes dos distritos administrativos e da área rural do município de Cascavel. Cascavel: Câmara Municipal. 2017.

CATVE. **Cascavel é a cidade com maior número de imigrantes haitianos do Paraná**. Disponível em: <<https://catve.com/noticia/6/192763/cascavel-e-a-cidade-com-maior-numero-de-imigrantes-haitianos-do-parana>>. Acesso em: 19 abr.2019.

CATVE. **Venezuelanos chegam a Cascavel e aguardam por oportunidades de emprego**. Disponível em: < <https://catve.com/noticia/6/277310/venezuelanos-chegam-a-cascavel-e-aguardam-por-oportunidades-de-emprego>>. Acesso em: 19 abr.2019..

CAU/RS – Conselho de arquitetura e urbanismo. **Arquitetura social: todos têm direito à habitação**. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/arquitetura-social-todos-tem-direito-habitacao/>> acesso em: 13 abril.2020.

COLIN, S. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CONARE Brasil. **Refúgio em números 4ª edição**. Ministério da Justiça e segurança Pública. Governo Federal. Brasil, 2019.

CORBELLA, O; YANNAS, S. **Em Busca de uma Arquitetura Sustentável para os trópicos**. 2.ed, Rio de Janeiro: Revan, 2009.

CUNHA, M. P; ARRUDA, Â. M. V.; MEDEIROS, Y. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Brasília, 2007.

GONÇALVES, J. C. S; DUARTE, D. H. S. **Arquitetura Sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GOVERNO DO PARANÁ – SECRETARIA DE JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO. **Centro de informação para migrantes, refugiados e apátridas do Paraná – CEIM**. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Centro-de-Informacao-para-Migrantes-Refugiados-e-Apatridas-do-Parana-CEIM>. Acesso em 18 abril.2020.

GOVERNO DO PARANÁ – SECRETARIA DE JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO. Centro de informação para migrantes, refugiados e apátridas do Paraná – CEIM. **Relatório de atividades 2016-2017**. Curitiba, 2017.

IBGE. **Panorama de Cascavel**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>. Acesso em: 01 jun. 2020.

KAMINSKI, J. J. **Construções de light steel frame**. Revista Techne. Pini, 2006.

KEELER, M; VAIDYA, P. **Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis**. 2.ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, B. A. A. de; ZANIRATO, S. H. **Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista**. São Paulo, 2014.

MELO, L; SANQUETTA, C; CORTE, A; KLEIN H, A. **Estimativa de biomassa e carbono total para árvores de caixeta no Paraná**. Pesquisa Florestal Brasileira, 2014.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. de R. **A questão habitacional no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.

MONTEIRO, A. R; VERAS, A. T. de R. **A questão habitacional no brasil**. Fortaleza, 2017.

NUNES, C. G. F.; LACERDA, N. **Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo: a serviços de uma outra geografia?** Revista Sociedade e Estado. V.31, 2016.

OLIVEIRA, T. Y. M. de. **Estudo sobre o uso de materiais de construção alternativos que otimizam a sustentabilidade em edificações**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da Pele**. A arquitetura e os sentidos. Porto Alegre, 2011.

PEDROSO, G. M. **Avaliação de ciclo de vida energético (ACVE) de sistemas de vedação de habitações**. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

PIRES. C. T. P.; SALAZAR, J. **O CAU, a sociedade e as Políticas Públicas**. CAU-BR, Brasília, 2014.

RAMOS, F. G. V. **Espaço e lugar na arquitetura moderna: duas visões em contraposição**. Revista Integração, nº60. USJT. São Paulo, 2010.

RÜTHER, R. **Edifícios Solares Fotovoltaicos**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SALA, L. G. **Proposta de habitação sustentável para estudantes universitários**. Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, 2006.

SIMÕES, G. da F. **Integração social de refugiados no Brasil e no Canadá em perspectiva comparada: Colombianos em São Paulo e em Ontário**. Brasília, 2017.

TRATA BRASIL. **Cascavel**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/cascavel-mostra-grande-evolucao-no-saneamento-basico>. Acesso em: 01 jun. 2020.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (tradução de Livia Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

VIANNA, L. R. **O direito de morar no refúgio**. A problemática da moradia do refúgio na cidade de São Paulo: Saídas individuais ou coletivas? Rio de Janeiro, 2016.

ZAMBRANO, L. M. A. **Interação dos Princípios da Sustentabilidade ao Projeto de Arquitetura**. PROARQ-FAU/UFRJ. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

ZATT, G. **Fechamento de paredes de vedação**: sistema light steel frame utilizando placas cimentícias. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. (tradução de Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira) 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

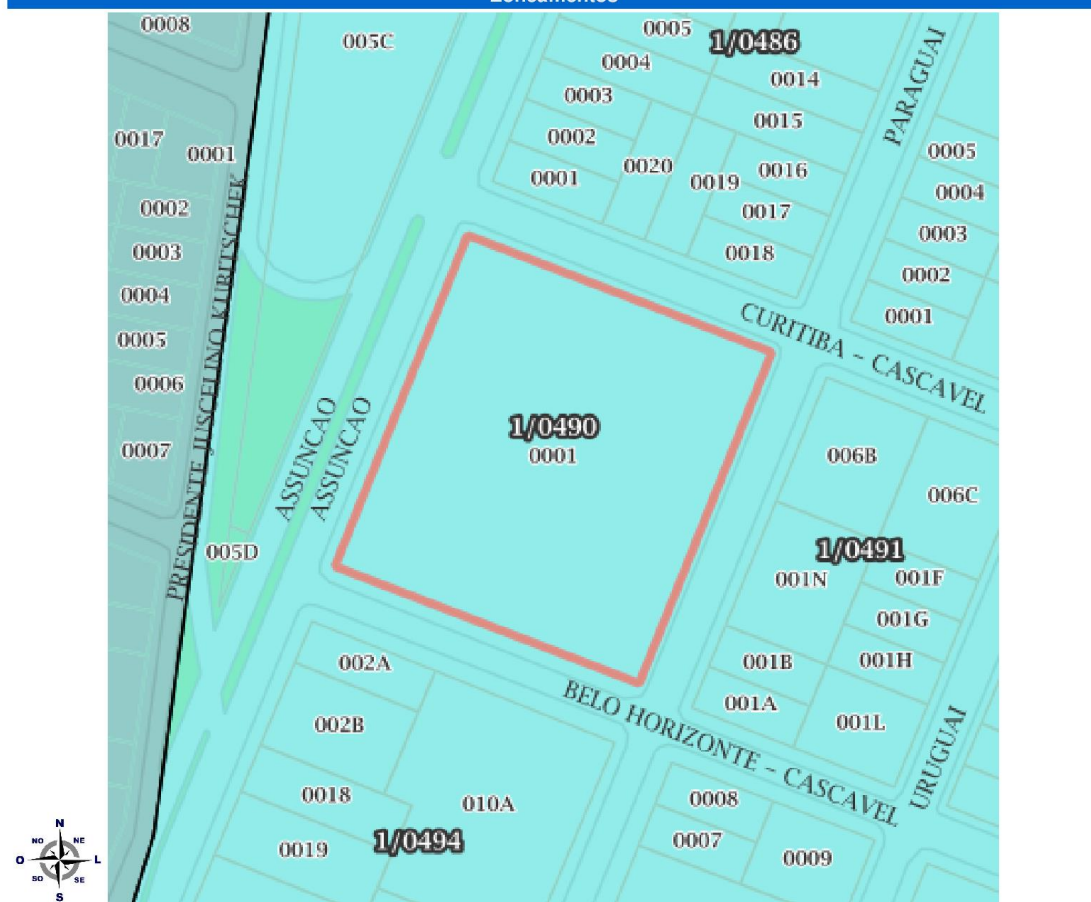
ANEXO A – CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO



Município de Cascavel
Instituto de Planejamento de Cascavel - IPC
Consulta de Viabilidade de Edificação



Dados Cadastrais							
Cadastro:	107587000	Inscrição:	0001.0490.0001.0000	Nr consulta:	30440/2019	Data:	01/08/2019
Loteamento:	LOTEAMENTO CENTRO	Quadra:	0490	Lote:	0001		
Logradouro:	ASSUNCAO	Número:	892	Bairro:	CENTRO		
Área Lote (m²):	12960.0	Área Unidade (m²):	727.039978	Testada Princ.	120.0	Testada Sec. (m):	108.0



Cor	Nome	Descrição
	ZE 1 - Centro 2	Zona de Estruturação e Adensamento 1 - Subzona Centro 2

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Mín. (%)	
ZEA 1 - Centro 2	100.00	12960.0000	70 (*11) (*22)	20 (*10)	
Zona	R. Fron. Mín. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZEA 1 - Centro 2	- (*4) (*21)	0,3 (*1)	5	7 (*2) (*23)	(II) - [R2, NR5, R3, NR6, NR1, NR3, R1, NR2]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Mín./Res. (m²)	
ZEA 1 - Centro 2	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	
Observações					

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*11) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 80% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas). Exceto nas áreas dentro da Bacia do Rio Cascavel

(*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.

(*21) - A partir de 30 metros de altura, as edificações deverão respeitar recuo frontal mínimo de 3 metros.

(*22) - Nas áreas de ZEA -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.

(*23) - Para ZEA - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.

Atenção

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir. A manifestação do IPC restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada. Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.296/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015.

O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento.

Em caso de Condomínio Edifício acima de 20 unidades, o interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas.

As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: "CALÇADAS DE CASCABEL".

As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com o Instituto de Planejamento de Cascavel.